

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.658.437	14.640.589
1.01	Ativo Circulante	2.426.749	2.071.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.233.229	983.127
1.01.01.01	Caixas e Bancos	45.697	40.823
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.187.532	942.304
1.01.03	Contas a Receber	1.028.188	971.478
1.01.03.01	Clientes	1.028.188	971.478
1.01.04	Estoques	64.490	57.680
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.910	11.420
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45.910	11.420
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.932	47.942
1.01.08.03	Outros	54.932	47.942
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	16.655	14.375
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.332	12.716
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	21.945	20.851
1.02	Ativo Não Circulante	13.231.688	12.568.942
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.272.259	3.715.372
1.02.01.04	Contas a Receber	50.053	51.551
1.02.01.04.01	Clientes	50.053	51.551
1.02.01.07	Tributos Diferidos	702.266	679.462
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	702.266	679.462
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.519.940	2.984.359
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	68.313	58.982
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	464.358	408.593
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	645.946	603.014
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	2.298.234	1.869.743
1.02.01.10.09	Outros Créditos	43.089	44.027
1.02.02	Investimentos	3.406	2.030
1.02.02.01	Participações Societárias	3.406	2.030
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.406	2.030
1.02.03	Imobilizado	303.689	312.679
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	221.096	225.727
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	82.593	86.952
1.02.04	Intangível	8.652.334	8.538.861
1.02.04.01	Intangíveis	8.652.334	8.538.861
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.472.654	8.356.681
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	179.680	182.180

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.658.437	14.640.589
2.01	Passivo Circulante	1.418.166	1.397.171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.070	117.893
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	66.070	117.893
2.01.02	Fornecedores	255.240	269.397
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	255.240	269.397
2.01.03	Obrigações Fiscais	71.056	84.602
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.431	81.786
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	68.431	81.786
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.625	2.816
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	533.164	407.680
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.469	220.336
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	149.865	207.623
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.604	12.713
2.01.04.02	Debêntures	298.292	116.418
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	69.403	70.926
2.01.05	Outras Obrigações	255.861	343.711
2.01.05.02	Outros	255.861	343.711
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	136.813	243.551
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.089	2.210
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.560	700
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.554	11.606
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	96.845	85.644
2.01.06	Provisões	236.775	173.888
2.01.06.02	Outras Provisões	236.775	173.888
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	80.030	77.341
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	156.745	96.547
2.02	Passivo Não Circulante	6.106.365	5.417.076
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.296.266	3.712.885
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.644.141	1.519.154
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.644.141	1.519.154
2.02.01.02	Debêntures	2.323.051	1.859.646
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	329.074	334.085
2.02.02	Outras Obrigações	17.335	5.791
2.02.02.02	Outros	17.335	5.791
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	2.829	2.829
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	13.054	0
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	1.452	2.962
2.02.04	Provisões	1.792.764	1.698.400
2.02.04.02	Outras Provisões	1.792.764	1.698.400
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.120.425	1.082.775
2.02.04.02.05	Provisões	672.339	615.625
2.03	Patrimônio Líquido	8.133.906	7.826.342
2.03.01	Capital Social Realizado	3.996.137	3.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	3.996.137	3.996.137

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.03	Reservas de Reavaliação	56.663	59.002
2.03.03.01	Ativos Próprio	56.663	59.002
2.03.04	Reservas de Lucros	3.633.064	3.696.944
2.03.04.01	Reserva Legal	108.638	108.638
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.551	11.551
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	63.880
2.03.04.10	Plano de Investimentos	3.512.875	3.512.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	373.868	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.373	4.458
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	69.801	69.801

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.359.113	2.765.955	1.273.389	2.499.865
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-650.748	-1.240.582	-516.451	-1.012.675
3.03	Resultado Bruto	708.365	1.525.373	756.938	1.487.190
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-371.885	-698.554	-272.697	-574.587
3.04.01	Despesas com Vendas	-128.255	-243.111	-88.713	-167.518
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-156.616	-315.305	-142.149	-284.358
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-86.167	-138.540	-41.035	-121.466
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-45.449	-56.714	-1.441	-49.095
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-20.170	-40.339	-14.716	-29.433
3.04.05.03	Programa de Participação nos Resultados	-15.916	-35.797	-23.394	-40.771
3.04.05.04	Outras Despesas (Receitas) Operacionais	-4.632	-5.690	-1.484	-2.167
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-847	-1.598	-800	-1.245
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	336.480	826.819	484.241	912.603
3.06	Resultado Financeiro	-63.651	-118.980	-59.975	-115.319
3.06.01	Receitas Financeiras	76.616	135.502	25.060	40.660
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.267	-254.482	-85.035	-155.979
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	272.829	707.839	424.266	797.284
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.122	-182.188	-92.449	-218.977
3.08.01	Corrente	-41.044	-204.992	-80.557	-215.242
3.08.02	Diferido	1.922	22.804	-11.892	-3.735
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	233.707	525.651	331.817	578.307
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	233.707	525.651	331.817	578.307
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,15948	0,35871	0,22643	0,39464
3.99.01.02	ON	0,14498	0,3261	0,20585	0,35876
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,15948	0,35871	0,22643	0,39464

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99.02.02	ON	0,14498	0,3261	0,20585	0,35876

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	233.707	525.651	331.817	578.307
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.164	-2.424	-1.433	-2.732
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.698	-3.543	-2.077	-3.986
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	577	1.204	706	1.355
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-65	-129	-94	-153
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	22	44	32	52
4.03	Resultado Abrangente do Período	232.543	523.227	330.384	575.575

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	911.394	752.659
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.184.160	1.054.335
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	525.651	578.307
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	211.707	191.998
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	8.293	5.536
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-2.020	-1.520
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	-12.775	-10.647
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	109.714	43.343
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	-22.804	3.735
6.01.01.09	Provisão para Contingências	56.714	49.095
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	40.339	29.433
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	170.347	108.641
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	76.744	35.894
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento	16.940	16.850
6.01.01.14	Variações Cambiais, líquidas	-1.293	-856
6.01.01.15	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	2.104	950
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.598	1.245
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	2.856	2.016
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	45	315
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-272.766	-301.676
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-164.926	-151.838
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-34.490	-21.760
6.01.02.03	Estoques	-6.810	4.814
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-55.765	-33.486
6.01.02.05	Outros Créditos e Contas a Receber	622	2.764
6.01.02.06	Empreiteiros e Fornecedores	-14.157	-9.560
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	191.727	205.502
6.01.02.09	Salários e Encargos a Pagar	8.375	-59.249
6.01.02.10	Cauções e Retenções Contratuais	-121	-10
6.01.02.11	Receitas a Apropriar	15.914	-2.100
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-221.278	-233.661
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	8.143	-3.092
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-765.119	-553.350
6.02.01	Aplicação no Imobilizado e Intangível	-763.699	-552.339
6.02.02	Aplicação no Investimento	-1.420	-1.011
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	103.827	-85.335
6.03.01	Financiamentos Obtidos	799.926	626.455
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-176.185	-283.462
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-144.148	-98.757
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-42.484	-39.191
6.03.05	Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-12.848	-12.516
6.03.06	Depósitos Vinculados	-11.611	-10.099
6.03.07	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio	-308.823	-267.765
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	250.102	113.974
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	983.127	874.323

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.233.229	988.297

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	3.696.944	0	133.261	7.826.342
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	3.696.944	0	133.261	7.826.342
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-63.880	-154.207	0	-218.087
5.04.06	Dividendos	0	0	-63.880	0	0	-63.880
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-154.207	0	-154.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	528.075	-2.424	525.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	525.651	0	525.651
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.424	-2.424	0
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	3.543	-3.543	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.204	1.204	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	129	-129	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-44	44	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	3.633.064	373.868	130.837	8.133.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.996.137	0	2.853.580	0	93.446	6.943.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-60.083	-151.084	0	-211.167
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.083	0	0	-60.083
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-151.084	0	-151.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	581.039	-2.732	578.307
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	578.307	0	578.307
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.732	-2.732	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	3.986	-3.986	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	-1.355	1.355	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	153	-153	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-52	52	0
5.07	Saldos Finais	3.996.137	0	2.793.497	429.955	90.714	7.310.303

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	2.858.303	2.643.547
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.973.707	2.689.057
7.01.02	Outras Receitas	-5.690	-2.167
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-109.714	-43.343
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-960.198	-762.050
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-421.702	-297.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-502.577	-408.123
7.02.04	Outros	-35.919	-56.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.898.105	1.881.497
7.04	Retenções	-211.707	-191.998
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-211.707	-191.998
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.686.398	1.689.499
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.904	39.415
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.598	-1.245
7.06.02	Receitas Financeiras	135.502	40.660
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.820.302	1.728.914
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.820.302	1.728.914
7.08.01	Pessoal	550.893	497.268
7.08.01.01	Remuneração Direta	348.388	320.087
7.08.01.02	Benefícios	178.272	155.591
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.233	21.590
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	485.761	494.652
7.08.02.01	Federais	481.202	491.719
7.08.02.02	Estaduais	418	324
7.08.02.03	Municipais	4.141	2.609
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	257.997	158.687
7.08.03.01	Juros	254.482	155.979
7.08.03.02	Aluguéis	3.515	2.708
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	525.651	578.307
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	154.207	151.084
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	371.444	427.223

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 30 de junho de 2022:

Contratos (% da Receita Total) ¹				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Coleta de Esgoto
Curitiba	21,9%	26,0 anos	Água e Esgoto	100%	98,1%	832,3	814,9
Londrina	7,4%	24,0 anos	Água e Esgoto	100%	96,2%	260,1	246,5
Maringá	5,2%	18,2 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	171,3	191,0
Ponta Grossa	3,7%	3,8 anos	Água e Esgoto	100%	91,1%	156,1	140,9
Foz do Iguaçu	3,7%	21,7 anos	Água e Esgoto	100%	80,1%	120,5	97,7
Cascavel	3,6%	2,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	133,5	141,7
São José dos Pinhais	2,8%	21,5 anos	Água e Esgoto	100%	78,2%	120,0	95,1
Colombo	1,8%	25,8 anos	Água e Esgoto	100%	67,9%	88,3	61,1
Guarapuava	1,7%	20,3 anos	Água e Esgoto	100%	87,4%	70,4	59,8
Toledo	1,5%	3,2 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	62,7	51,0
Demais Municípios	46,7%					2.189,6	1.348,7
Totais				100,0%	77,9%	4.204,8	3.248,4

Contratos	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro (em R\$ milhões) ^{1 2}	% da Receita Total ¹	% do EBTIDA ¹
Vencidos	14	397,3	4,0	3,4
Vencimento em 2022	6	238,1	0,8	0,6
Vencimento entre 2023 e 2033	70	2.316,5	20,2	19,8
Vencimento após 2033 ³	256	8.360,7	75,0	76,2
Totais	346	11.312,6	100,0	100,0

¹ Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;

² Valor Contábil;

³ Inclui o município de Maringá, cujo termo aditivo que prorrogou a concessão, está em discussão judicial.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 77,9%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 30 de junho de 2022.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de água em junho de 2022 é 2,1% superior ao número de ligações existentes em junho de 2021, representando um incremento de 69.632 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	JUN/22 (1)	%	JUN/21 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.073.686	90,9	3.011.564	90,9	2,1
Comercial	243.256	7,2	236.421	7,1	2,9
Industrial	13.649	0,4	13.399	0,4	1,9
Utilidade Pública	24.062	0,7	23.912	0,7	0,6
Poder Público	27.116	0,8	26.841	0,9	1,0
Totais	3.381.769	100,0	3.312.137	100,0	2,1

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O número de ligações de esgoto em junho de 2022 é 2,7% superior ao número de ligações existentes em junho de 2021, representando acréscimo de 62.345 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	JUN/22 (1)	%	JUN/21 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	2.178.153	90,5	2.122.243	90,5	2,6
Comercial	192.430	8,0	186.711	8,0	3,1
Industrial	6.199	0,3	5.981	0,3	3,6
Utilidade Pública	15.765	0,7	15.572	0,7	1,2
Poder Público	15.019	0,5	14.714	0,5	2,1
Totais	2.407.566	100,0	2.345.221	100,0	2,7

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T22, o volume medido de água tratada foi de 123,2 milhões de m³, representando uma redução de 0,8%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	104,5	107,4	-2,7	217,3	216,0	0,6
Comercial	9,8	8,8	11,4	19,7	17,7	11,3
Industrial	2,9	3,4	-14,7	6,0	6,7	-10,4
Utilidade Pública	1,3	1,1	18,2	2,6	2,1	23,8
Poder Público	4,7	3,5	34,3	8,9	6,8	30,9
Totais	123,2	124,2	-0,8	254,5	249,3	2,1

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

No 2T22 o volume faturado de água tratada foi de 130,0 milhões de m³, o mesmo volume apresentado no 2T21, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	110,1	112,2	-1,9	227,3	225,1	1,0
Comercial	10,7	9,7	10,3	21,5	19,5	10,3
Industrial	3,3	3,6	-8,3	6,9	7,0	-1,4
Utilidade Pública	1,1	0,9	22,2	2,2	1,8	22,2
Poder Público	4,8	3,6	33,3	9,1	7,0	30,0
Totais	130,0	130,0	0,0	267,0	260,4	2,5

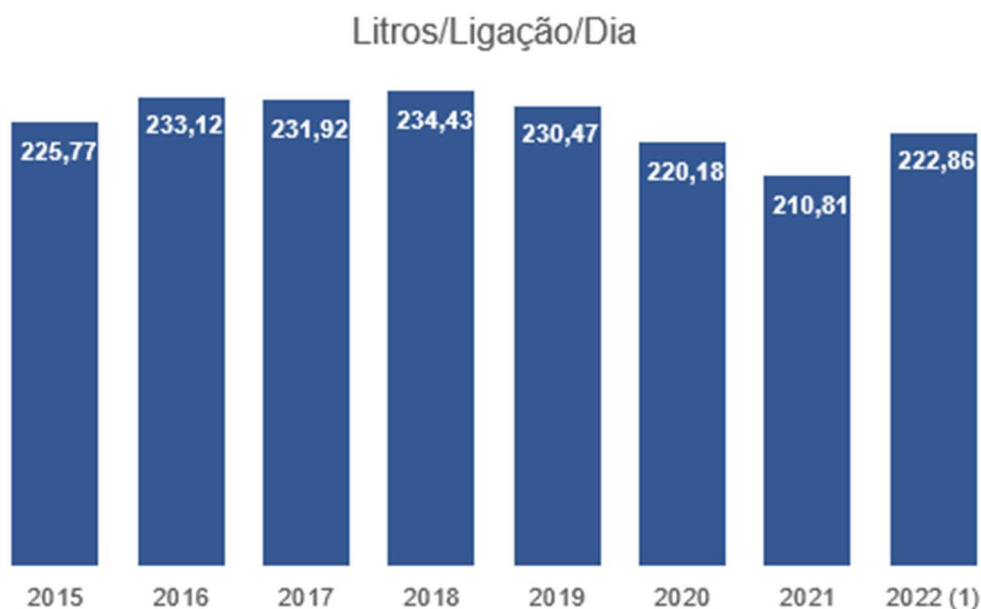
* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 2T22 apresentou um aumento de 1,9% em comparação ao 2T21, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Residencial	85,3	85,7	-0,5	174,7	171,2	2,0
Comercial	9,9	8,7	13,8	19,8	17,5	13,1
Industrial	0,9	0,8	12,5	1,7	1,6	6,2
Utilidade Pública	0,9	0,8	12,5	1,8	1,6	12,5
Poder Público	3,7	2,8	32,1	7,0	5,4	29,6
Totais	100,7	98,8	1,9	205,0	197,3	3,9

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO *



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

(1) Valores acumulados de janeiro a junho de 2022.

Comentário do Desempenho

Água*	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. (1/2)	2T20 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.204.837	4.127.856	1,9 %	4.037.310	2,2 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	165	1,8 %
Nº de poços	1.171	1.261	-7,1 %	1.142	10,4 %
Nº de captações de superfície	237	234	1,3 %	232	0,9 %
Km de rede assentada	59.569	58.407	2,0 %	56.056	4,2 %
Volume Produzido (m³)	391.016.158	375.619.722	4,1 %	390.017.332	-3,7 %
Perdas no faturamento - %	31,71	30,67	1,04 p.p.	31,90	-1,23 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	4,89	3,65	1,24 p.p.	3,69	-0,04 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. (1/2)	2T20 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.248.364	3.165.405	2,6 %	3.058.663	3,5 %
Nº de estações de tratamento	261	258	1,2 %	251	2,8 %
Km de rede assentada	40.083	39.221	2,2 %	37.609	4,3 %
Volume coletado em m³	194.037.324	187.103.523	3,7 %	191.396.902	-2,2 %

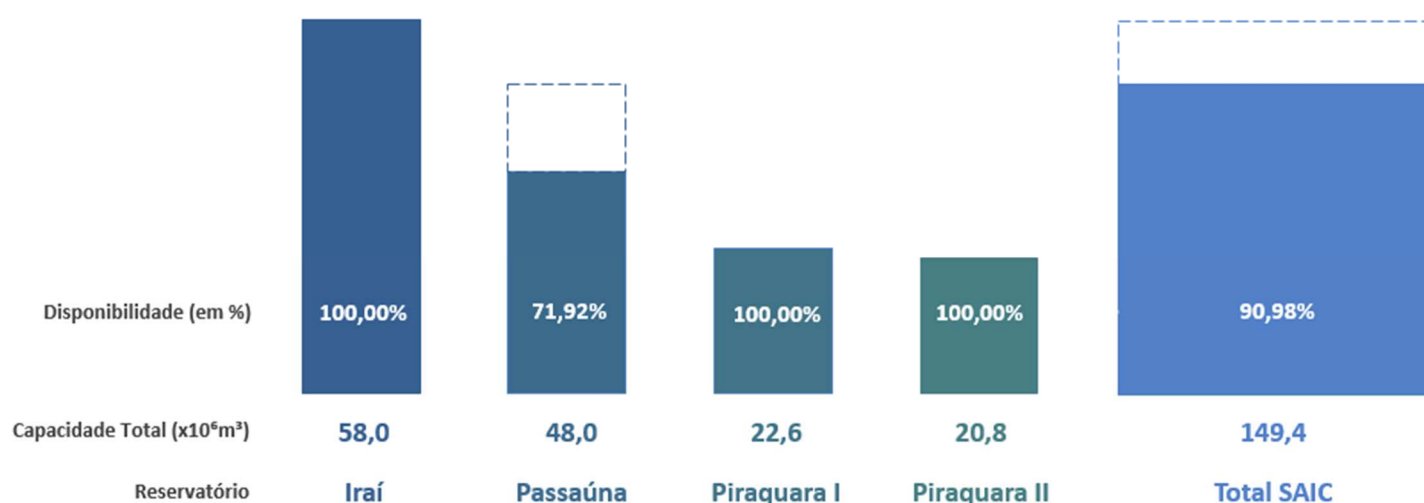
* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

VOLUMES DISPONÍVEIS

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 30 de junho de 2022, o volume médio de reservação, estava em 91,0% (54,9% em 30/06/2021).



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Receita de Água	886,5	833,9	6,3	1.806,5	1.640,0	10,2
Receita de Esgoto	530,1	488,8	8,4	1.076,7	957,8	12,4
Receita de Serviços	27,9	27,4	1,8	56,1	54,2	3,5
Receita de Resíduos Sólidos	3,3	3,0	10,0	6,4	6,0	6,7
Serviços Prestados aos Municípios	5,4	5,2	3,8	10,7	10,3	3,9
Doações Efetuadas por Clientes	7,3	11,1	-34,2	14,7	18,3	-19,7
Outras Receitas	1,2	1,2	0,0	2,6	2,5	4,0
Total Receita Operacional	1.461,7	1.370,6	6,6	2.973,7	2.689,1	10,6
COFINS	-84,4	-79,9	5,6	-170,9	-155,5	9,9
PASEP	-18,1	-17,3	4,6	-36,8	-33,7	9,2
Totais das Deduções	-102,5	-97,2	5,5	-207,7	-189,2	9,8
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.359,2	1.273,4	6,7	2.766,0	2.499,9	10,6

A receita operacional líquida aumentou 6,7%, passando de R\$1.273,4 milhões no 2T21 para R\$1.359,2 milhões no 2T22, este aumento é decorrente de: (i) revisão tarifária de 5,77% a partir de 17 de maio de 2021; (ii) reajuste tarifário de 4,96% a partir de 17 de maio de 2022; (iii) crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e (iv) do aumento no número de ligações.

Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Pessoal	-321,3	-278,4	15,4	-603,1	-535,4	12,6
Materiais	-75,1	-54,6	37,5	-139,4	-108,1	29,0
Energia Elétrica	-150,2	-119,5	25,7	-322,0	-241,0	33,6
Serviços de Terceiros	-164,4	-164,9	-0,3	-339,6	-322,6	5,3
Depreciações e Amortizações	-106,3	-97,6	8,9	-211,7	-192,0	10,3
Perdas na Realização de Créditos	-58,5	-25,8	126,7	-109,7	-43,4	152,8
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Amb.	-65,8	-17,1	284,8	-84,5	-32,5	160,0
Taxa de Regulação	-6,9	-6,5	6,2	-13,9	-12,9	7,8
Indenizações por Danos a Terceiros	-1,6	-2,8	-42,9	-2,8	-4,6	-39,1
Despesas Capitalizadas	31,3	30,6	2,3	60,4	52,2	15,7
Provisões para Contingências	-45,4	-1,4	3.142,9	-56,7	-49,1	15,5
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-20,1	-14,7	36,7	-40,3	-29,4	37,1
Programa de Participação nos Resultados	-15,9	-23,4	-32,1	-35,8	-40,8	-12,3
Baixas de Ativos, líquidas	-4,4	-1,4	214,3	-5,5	-1,7	223,5
Outros Custos e Despesas	-18,0	-11,6	55,2	-34,5	-26,0	32,7
Totais	-1.022,6	-789,1	29,6	-1.939,1	-1.587,3	22,2

Os custos e despesas operacionais no 2T22 tiveram um aumento de 29,6% em relação ao 2T21.

Comentário do Desempenho

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Crescimento de 15,4%, em função de: (i) Reajuste salarial de 10,8% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2022/2024 (data base março de 2022); (ii) Reajuste de 6,22% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2020/2022 (data base março de 2021); (iii) Indenizações trabalhistas no montante de R\$15.532; e (iv) provisão do abono indenizatório no montante de R\$ 16.709, reconhecidas no 2T22.

Materiais

Acréscimo de 37,5% principalmente em material de operação de sistemas, material de limpeza e higiene, material de tratamento, material de cortes e religações, material de manutenção de veículos e combustíveis e lubrificantes.

Energia Elétrica

Aumento de 25,7% decorrente da redução de 3% no subsídio aplicado nas unidades consumidoras que usufruíam do desconto para saneamento, passando de 9% para 6%, pelo aumento de 52% no valor cobrado na régua de bandeiras, além do reflexo tarifário médio de 9,89% aplicado a partir de 24/06/2021.

Serviços de Terceiros

Redução de 0,3% principalmente em serviços de operação e manutenção de sistemas, técnicos profissionais, serviço de processamento de dados, serviços de cobrança e serviços de tratamento e destinação de resíduos sólidos.

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 8,9%, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de julho de 2021 a junho de 2022, no montante de R\$928,1 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Aumento de 126,7%, decorrente principalmente do reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares vencidas acima de 180 dias.

Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental

Crescimento de 284,8%, pelo reconhecimento contábil de R\$41,5 milhões aprovado por ocasião da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

Provisões para Contingências

Acréscimo de 3.142,9%, principalmente em função do provisionamento como perda provável de Ação Civil no valor de R\$ 24,9 milhões, referente a questionamento sobre a cobrança de tarifa residencial mínima de consumo, movida por 61 condomínios localizados nos municípios de Matinhos e Guaratuba, e do registro de provisão complementar de 166 ações trabalhistas no valor de R\$ 41 milhões em decorrência, principalmente, de sentenças judiciais e de cálculos periciais, compensada pela baixa de ações 178 ações trabalhistas no montante de R\$ 21,6 milhões.

Comentário do Desempenho

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Receitas Financeiras						
Aplicações Financeiras	47,0	10,8	335,2	81,3	15,5	424,5
Variações Monetárias Ativas	19,6	8,1	142,0	35,8	13,2	171,2
Variações Cambiais Ativas	0,3	1,4	-78,6	2,5	1,4	78,6
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	1,0	-	-	1,0	0,5	100,0
Outras Receitas Financeiras	8,6	4,8	79,2	14,8	10,1	46,5
Totais das Receitas Financeiras	76,5	25,1	204,8	135,4	40,7	232,7
Despesas Financeiras						
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos	-93,5	-62,9	48,6	-174,2	-117,1	48,8
Variações Monetárias Passivas	-44,2	-20,0	121,0	-74,7	-35,9	108,1
Variações Cambiais Passivas	-1,2	-	-	-1,2	-0,5	140,0
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-0,7	-1,4	-50,0	-3,1	-1,4	121,4
Outras Despesas Financeiras	-0,6	-0,8	-25,0	-1,2	-1,1	9,1
Totais das Despesas Financeiras	-140,2	-85,1	64,7	-254,4	-156,0	63,1
Resultado Financeiro	-63,7	-60,0	6,2	-119,0	-115,3	3,2

O resultado financeiro teve um acréscimo de 6,2%, passando de –R\$60,0 milhões no 2T21 para –R\$63,7 milhões no 2T22. As Despesas Financeiras cresceram 64,7%, principalmente em despesas com juros e taxas de financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos, passando de R\$62,9 milhões no 2T21 para R\$93,5 milhões no 2T22 e em variações monetárias de empréstimos e financiamentos, passando de R\$20,0 milhões no 2T21 para R\$44,2 milhões no 2T22, decorrentes do aumento da base de cálculo dos encargos financeiros em função da captação de recursos de terceiros, bem como dos índices de correção monetária das dívidas, principalmente pelo aumento do CDI e do IPCA em comparação ao mesmo período de 2021. Por outro lado, as Receitas Financeiras cresceram 204,8%, passando de R\$ 25,1 milhões no 2T21 para R\$ 76,5 milhões no 2T22, devido principalmente pela alteração da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados).

Resultado Econômico - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Resultado Operacional	336,6	484,3	-30,5	826,9	912,6	-9,4
Resultado Financeiro	-63,7	-60,0	6,2	-119,0	-115,3	3,2
Tributos sobre o Lucro	-39,1	-92,5	-57,7	-182,2	-219,0	-16,8
Lucro Líquido	233,8	331,8	-29,5	525,7	578,3	-9,1

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$233,8 milhões no 2T22, 29,5% abaixo do resultado líquido de R\$331,8 milhões registrado no 2T21. O resultado foi impactado pelo crescimento de 6,7% da receita operacional líquida e principalmente pelo acréscimo de 29,6% dos custos e despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

A seguir apresentamos a reclassificação do resultado do 2T22 excluindo os itens não recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões *	2T22	2T21	6M22	6M21
Lucro Líquido	233,8	331,8	525,7	578,3
Provisão Operação Ductos	-	5,9	-	5,9
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	41,5	-	41,5	-
Provisão Contingencial Civil - Condomínios Matinhos e Guaratuba	24,9	-	24,9	-
Efeitos Tributários	-22,6	-2,0	-22,6	-2,0
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	277,6	335,7	569,5	582,2
% Margem Líquida de itens não recorrentes	20,4	26,5	20,6	23,4
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	509,3	587,8	1.105,0	1.110,5
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	37,5	46,2	39,9	44,4

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Remuneração de Pessoal	290,2	262,2	10,7	550,9	497,3	10,8
Remuneração a Governos (Tributos)	191,2	232,9	-17,9	485,8	494,6	-1,8
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	1,1	1,0	10,0	3,5	2,7	29,6
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	140,3	85,1	64,9	254,5	156,0	63,1
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	154,2	151,1	2,1	154,2	151,1	2,1
Lucro Líquido do Período não distribuído	79,4	180,7	-56,1	371,4	427,2	-13,1
Total da Riqueza Econômica	856,4	913,0	-6,2	1.820,3	1.728,9	5,3

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e principalmente atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas para atendimento da demanda futura.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.359,2	1.273,4	6,7 %	2.766,0	2.499,9	10,6 %
Lucro Operacional	336,5	484,3	-30,5 %	826,9	912,6	-9,4 %
Lucro Líquido	233,8	331,8	-29,5 %	525,7	578,3	-9,1 %
% Margem Operacional *	18,7	31,0	-12,3 p.p.	23,8	29,6	-5,8 p.p.
% Margem Líquida *	17,2	26,1	-8,9 p.p.	19,0	23,1	-4,1 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	2,9	4,6	-1,7 p.p.	6,6	8,1	-1,5 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,6	1,5	0,1 p.p.	1,6	1,5	0,1 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 2T22, os ativos totais da Companhia atingiram R\$15.658,4 milhões (R\$14.640,6 milhões em 31/12/2021), enquanto as dívidas totais ao final do 2T22 eram de R\$7.524,5 milhões (R\$6.814,3 milhões em 31/12/2021).

Comentário do Desempenho

Do montante da dívida total, R\$4.829,4 milhões (R\$4.120,6 milhões em 31/12/2021) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando acréscimo de 17,2% em relação ao exercício de 2021.

	Referência	JUN/22	DEZ/21	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	8.133,9	7.826,3	3,9 %
Valor Patrimonial da Ação *	R\$	5,38	5,18	3,9 %
Grau de Endividamento *	%	48,1	46,5	1,6 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,71	1,48	15,5 %
Liquidez Seca *	R\$	1,66	1,44	15,3 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 2T22, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$442,9 milhões, contra R\$581,9 milhões no 2T21. A margem EBITDA passou de 45,7% para 32,6%, impactado pelo crescimento dos custos e despesas operacionais.

A geração de caixa operacional no 2T22 foi de R\$425,2 milhões, redução de 4,1% em relação ao 2T21. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 96,0%.

EBITDA - R\$ milhões *	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Lucro Líquido	233,8	331,8	-29,5	525,7	578,3	-9,1
(+) Tributos sobre o Lucro	39,1	92,5	-57,7	182,2	219,0	-16,8
(+) Resultado Financeiro	63,7	60,0	6,2	119,0	115,3	3,2
(+) Depreciações e Amortizações	106,3	97,6	8,9	211,7	192,0	10,3
EBITDA	442,9	581,9	-23,9	1.038,6	1.104,6	-6,0
% Margem EBITDA	32,6	45,7	-13,1 p.p.	37,5	44,2	-6,7 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	96,0	70,2	25,8 p.p.	87,8	68,1	19,7 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 2T22 foram de R\$411,2 milhões (R\$293,4 milhões no 2T21), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Água	159,3	161,2	-1,2	319,6	275,6	16,0
Esgoto	217,0	136,6	58,9	395,5	246,1	60,7
Outros Investimentos ¹	34,9	-4,4	893,2	48,6	30,6	58,8
Totais	411,2	293,4	40,1	763,7	552,3	38,3

¹ No 2T21 ocorreu variação negativa na conta de Estoque para Obras em função da aplicação de materiais principalmente na execução de obras na transposição do Rio Capivari para a Barragem do Iraí.

Comentário do Desempenho

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$4.120,6 milhões em dezembro de 2021 para R\$4.829,4 milhões em junho de 2022, representando um crescimento de R\$708,8 milhões. A dívida líquida passou de R\$3.137,5 milhões em dezembro de 2021 para R\$3.596,2 milhões em junho de 2022.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,6x no 2T22 (1,5x no 2T21).

O grau de endividamento ficou em 48,1% no fechamento do 2T22 (47,3% no 2T21).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 30 de junho de 2022:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/07/2042	1.441,9	29,9
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	420,3	8,7
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	315,3	6,5
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	308,9	6,4
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	291,4	6,0
BNDES - PAC2	TJPL + 1,67% e 2,05%	-	15/06/2029	289,1	6,0
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	236,1	4,9
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	11/06/2024	200,3	4,1
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	183,3	3,8
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	21/06/2023	155,5	3,2
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	151,7	3,2
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	16/03/2026	132,7	2,7
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	121,9	2,5
Arrendamento Direito de Uso	4,97%	-	30/06/2027	107,1	2,2
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	81,5	1,7
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	15/09/2024	73,7	1,5
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	71,5	1,5
BNDES - AVANÇAR	3,58% e 5,95%	IPCA	15/12/2041	48,2	1,0
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	43,8	0,9
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	37,2	0,8
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	36,9	0,8
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	15/09/2024	27,6	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	23,1	0,5
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	15,6	0,3
Banco Itaú PSI	3,0% a 6,0%	-	15/01/2025	6,3	0,1
BNDES	TJLP + 1,82%	-	15/01/2023	4,5	0,1
Banco do Brasil - PSI	3,0% a 6,0%	-	15/04/2024	4,0	0,1
Totais				4.829,4	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	533,2	11,0
de 13 a 24 meses	472,1	9,8
de 25 a 36 meses	332,7	6,9
de 37 a 60 meses	1.335,0	27,6
Acima de 60 meses	2.156,4	44,7
Totais	4.829,4	100,0

3. REGULAÇÃO

Parcela F - Conta de variação da Parcela A (CVA)

A conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela "A" (CVA) corresponde à compensação da soma das diferenças mensais, positivas ou negativas, calculadas em função das variações dos custos de energia elétrica, produtos químicos e encargos setoriais, corrigidos pelo IPCA.

A CVA é determinada a partir do custo histórico verificado no período t-1 para os três componentes supracitados e é repassada via reajuste no período t.

O cálculo do reajuste tarifário da Parcela A pressupõe que no período seguinte ocorrerá exatamente o mesmo volume (m³) verificado no ano base do cálculo e ao final do período t o saldo da CVA seria zero.

Portanto, a formulação básica do reajuste tarifário, não garante o repasse (*pass through*) perfeito dos custos não gerenciáveis para o consumidor, uma vez que não considera, por exemplo, a diferença entre o mercado de referência e o mercado de aplicação (m³ faturado).

Até junho de 2022 a CVA da Companhia, apurada de forma gerencial, apresentou um saldo positivo de R\$ 128,9 milhões, que a Sanepar deverá recuperar, via tarifa.

A Companhia está divulgando o EBITDA Ajustado com os itens não gerenciáveis como métrica para analisar os impactos da compensação dos itens da parcela "A" (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos) do modelo tarifário.

O EBITDA ajustado com os itens não gerenciáveis é uma medição não contábil e não deve ser considerado isoladamente como um indicador operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou capacidade da dívida da Companhia.

Comentário do Desempenho

A seguir apresentamos o cálculo do EBITDA Ajustado partindo do EBITDA, que segue a ICVM 527/12, considerando os valores estimados dos itens não gerenciáveis, acumulados até 30 de junho de 2022:

EBITDA - R\$ milhões *	6M22
EBITDA	1.038,6
(+) Itens não gerenciáveis	128,9
Energia Elétrica	72,3
Material de Tratamento	17,4
Taxas e Encargos	39,2
(=) EBITDA ajustado com itens não gerenciáveis	1.167,5
% Margem EBITDA Ajustada de itens não gerenciáveis	42,2%

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes

1ª Fase da 2ª RTP

Em 04/01/2021 a AGEPAR promoveu a abertura da Consulta Pública nº 001/2021, referente à 1ª fase da 2ª RTP – Revisão Tarifaria Periódica e submeteu 09 (nove) Notas Técnicas para contribuições até 17/02/2021. Em 31/03/2021, a Agência realizou a Audiência Pública nº 001/2021, para debater as Notas Técnicas já atualizadas após as contribuições da Consulta Pública. Em 14/04/2021 o Conselho Diretor da AGEPAR, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, decidiu pela aprovação do novo reposicionamento tarifário de 5,7701%, resultado da 1ª fase da 2ª RTP. A tarifa reposicionada entrou em vigor 30 dias após sua homologação, com aplicação a partir de 17 de maio de 2021 (data-base).

Diferimento 1ª RTP

Ainda, na 1ª fase da 2ª RTP, a AGEPAR atualizou a regra de cálculo em relação a amortização da parcela do diferimento oriundo da 1ª RTP. No cálculo definido o saldo devedor do diferimento foi estimado a partir do saldo apurado das diferenças entre a Receita Requerida e a Receita Verificada projetado até maio/2021 e resultou no valor de R\$ 1,709 bilhão, este valor foi integrado à tarifa por meio de uma parcela de compensação ao longo do ciclo tarifário (2021 – 2024) de R\$ 0,459 por m³, calculada a partir da igualdade de um fluxo de caixa descontado pelo WACC regulatório. Ressalta-se que o valor será reprojeto a cada ano afim de contemplar oscilações da taxa Selic (taxa de correção do diferimento).

O diferimento é oriundo da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Comentário do Desempenho

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

2ª Fase da 2ª RTP (em andamento)

A 2ª fase da 2ª RTP encontra-se em andamento, conforme Resolução AGEPAR nº 007 de 29/03/2022, que aborda os seguintes temas: (i) aprovação do cronograma de trabalho da 2ª Fase da 2ª RTP da Sanepar, cuja conclusão está prevista para abril de 2023; (ii) realização do reajuste das tarifas vigentes dos serviços de água e esgoto da Sanepar, na data-base de 17 de maio de 2022; (iii) estabelecimento da inclusão de eventuais compensações necessárias para a manutenção da data-base vigente, de 17 de maio, na tarifa resultante da 2ª fase 2ª RTP da Sanepar.

Em 02/05/2022 foi homologado pela Diretoria Executiva da Sanepar o processo de contratação da empresa que irá executar o serviço de levantamento da Base de Ativos Regulatória para a 2ª fase da 2ª RTP, sendo que em 09/05/2022 foi assinada a ordem de serviço, iniciando efetivamente os trabalhos. O serviço contratado compreende o levantamento, avaliação e conciliação da base incremental e a movimentação da base de ativos da 1ª RTP. A empresa vencedora do processo licitatório é a SETAPE Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia Ltda.

Em 28/06/2022 o Conselho Diretor da AGEPAR deliberou, na Reunião Ordinária nº 21/2022, pela abertura da Consulta Pública nº 003/2022, destinada a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito dos temas relacionados à 2ª RTP apresentados nas Notas Técnicas números: 1/2022 – Metodologia de Fator X – Compartilhamento de ganhos de produtividade; 3/2022 – Metodologia de Fator Q: Fator de Qualidade; 4/2022 – Perdas de Água Tratada e 5/2022 – Matriz de Riscos. A Agência ressalta que outros temas também poderão ser aceitos, desde que relacionados ao objeto da consulta pública. O período da Consulta Pública nº 003/2022 é de 01/07/2022 até 30/07/2022 e está disponível do sítio eletrônico da AGEPAR.

Reajuste Tarifário 2022

Considerando a necessidade de manutenção do poder de compra da tarifa e a manutenção da data-base de reajuste da tarifa em maio/2022, em 23/02/2022 a Companhia aprovou o encaminhamento da proposta de reajuste tarifário referente ao ano de 2022 para AGEPAR.

Em 13/04/2022, na Reunião Extraordinária nº 013/2022, o Conselho Diretor da AGEPAR decidiu pela aplicação parcial do pedido de reajuste, sendo o índice de reajuste a ser aplicado em 2022 de 4,963%, decorrente da atualização da Parcela A (custos não gerenciáveis), Parcela F (CVA 2021) e Parcela de Compensações, oriundas da 1ª fase da 2ª RTP, ficando suspensa a atualização da Parcela B até o final do procedimento da RTP. A Agência indicou que a diferença entre o valor homologado e o valor aplicado deverá ser compensada na Parcela de Compensações ao final da 2ª etapa da 2ª RTP.

Comentário do Desempenho

4. AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Comprometida em entregar a melhor solução em saneamento e garantir mais saúde e qualidade de vida a todos os paranaenses, a Companhia vem trabalhando na consolidação de sua agenda ASG. O Comitê Estratégico ASG, formalizado em 2021, deve aprovar, ainda em 2022, o Plano ASG da Sanepar, que guiará ações corporativas no cumprimento de metas definidas para o alcance do desenvolvimento sustentável. Em 27 de maio de 2022, foi publicado o Relatório de Sustentabilidade Sanepar 2021, onde são relatadas as principais ações ASG da Empresa, seguindo *framework* do *Global Reporting Initiative* (GRI) e *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. A situação atual das 346 concessões municipais operadas está demonstrada a seguir:

Contratos Concessão/Programa ¹	Quantidade de Contratos ¹	Ativo Intangível + Ativo de Contrato + Ativo Financeiro ^{1 2}	% da Receita Total ¹	% do EBITDA ¹
Vencidos	14	397.247	4,0	3,4
Vencimento em 2022	6	238.099	0,8	0,6
Vencimento entre 2023 e 2033	70	2.316.490	20,2	19,8
Vencimento após 2033 ³	256	8.360.732	75,0	76,2
Totais	346	11.312.568	100,0	100,0

¹ Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;

² Valor do Custo Contábil;

³ Inclui o município de Maringá, cujo termo aditivo que prorrogou a concessão, está em discussão judicial.

Notas Explicativas

Quando do vencimento das concessões, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o Município de Maringá. O último movimento processual desse caso se refere à distribuição no Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministro Ricardo Lewandowski, do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE), sob nº 1363547, o qual teve seu seguimento negado em 16/02/2022, restando pendente a análise dos Embargos de Declaração interpostos em 16/03/2022. Também no STF, na data de 20/04/2022, foi realizada audiência de conciliação, com o apoio do Centro de Mediação e Conciliação do STF e participação do Ministério Público Estadual do Paraná, na qual a Sanepar apresentou proposta ao Município, sendo que a audiência teve continuidade na data de 23/05/2022, ficando redesignada uma nova audiência para a data de 05/08/2022. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o contrato não se extingue até que o Município efetue o pagamento da indenização devida à Companhia.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S.A.", que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na Nota Explicativa 12.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações Contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de agosto de 2022.

2.2. Mudança de prática contábil

Até o Exercício de 2021 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos gastos com "Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental" como "Despesas Comerciais". Estes valores decorrem de compromissos financeiros assumidos nos Contratos de Programa/Concessão entre a Companhia e os municípios concedentes, e representam um valor percentual calculado sobre a receita bruta da Companhia nos respectivos municípios.

A partir do Exercício de 2022 a Companhia passou a registrar os gastos com "Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental" como Custo dos Serviços Prestados, e não mais na rubrica de Despesas Comerciais. Esta classificação não afetou o resultado do período.

Notas Explicativas

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os períodos/exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com “Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental” apresentados na Demonstração dos Resultados de 30 de junho de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Divulgado 2T21	Ajuste	Reclassificado 2T21
Custos dos Serviços Prestados	(499.378)	(17.073)	(516.451)
Despesas Comerciais	(105.786)	17.073	(88.713)
Impacto no Resultado do Período	-	-	-

Descrição	Divulgado 6M21	Ajuste	Reclassificado 6M21
Custos dos Serviços Prestados	(980.155)	(32.520)	(1.012.675)
Despesas Comerciais	(200.038)	32.520	(167.518)
Impacto no Resultado do Período	-	-	-

2.3. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações inclusive avaliou os impactos da COVID-19, conforme Nota Explicativa 31. A Administração não tem conhecimento de incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o marco legal de saneamento básico e adequou outras normas para contemplar as atualizações propostas no novo texto legal, ampliou a concorrência no setor e impôs metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência, sendo que em caso de descumprimento do prazo acima, os contratos poderão ser considerados irregulares.

A ANA passa a ter competência para criar normas de referência para a regulamentação dos serviços públicos de saneamento básico, sendo que as entidades reguladoras Estaduais e Municipais poderão adotar as normas de referência nacional. As normas de referência deverão tratar das seguintes questões: i) de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico; ii) regulamentação tarifária; iii) padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos; iv) metas de uniformização dos serviços de saneamento básico; v) critérios de contabilidade regulatória; vi) controle da perda de água; vii) metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados; viii) governança das entidades regulamentadoras; ix) reuso de efluentes tratados; x) determinação de caducidade na prestação dos serviços de saneamento básicos; xi) normas e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes; xii) sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização; e xiii) conteúdo mínimo para prestação universalizada e a sustentabilidade econômico-financeiro dos serviços de saneamento básico.

Notas Explicativas

A Lei veda a formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviço público de saneamento básico.

Prevê que os Estados estabeleçam estruturas de prestação regional atendendo os critérios do Estatuto da Metrópole.

Em 31 de maio de 2021, o Decreto nº 10.710 regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário.

Em 09 de julho de 2021 o Estado do Paraná, pela Lei Complementar Estadual nº 237, instituiu as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral e suas respectivas estruturas de governança, contemplando todos os 399 municípios paranaenses, dos quais a Companhia opera em 345 municípios.

Em 01 de outubro de 2021 foram publicados os Decretos Estaduais nº 8.924/2021, nº 8.925/2021 e nº 8.926/2021 que implementaram os regimentos internos provisórios de cada uma das microrregiões.

Em 30 de março de 2022 foi aprovada nas Assembleias Gerais das Microrregiões de Água e Esgoto do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), a inclusão, nos aditivos contratuais aos Contratos de Concessão/Programa, das metas previstas no artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007, atribuído pela Lei Federal nº 14.026/2020.

A Companhia em atendimento às obrigações previstas no Decreto Federal nº 10.710/2021 protocolou a comprovação de capacidade econômica e financeira para atender as metas previstas no art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 no dia 29 de dezembro de 2021 na Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2021 na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Em 07 de março de 2022 o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 07/2022 deliberou por: i) referendar a aprovação da Sanepar na primeira etapa da avaliação da sua capacidade-econômica financeira; ii) atestar em segunda etapa, com ressalvas, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender, em 296 municípios, incluindo Porto União/SC; e iii) não atestar, em segunda etapa, a capacidade econômico-financeira da Sanepar para atender em 35 municípios, justificada pela falta de tempo contratual hábil para as atividades de engenharia. Diante disso, a Companhia protocolou em 21 de março de 2022 no âmbito da AGEPAR Recurso Administrativo quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira da Sanepar no sentido de: i) retirar as ressalvas na comprovação dos municípios atestados pela AGEPAR; e ii) incluir, mediante documentação complementar, a comprovação para os municípios não atestados preliminarmente.

Em 28 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 10/2022 deliberou no sentido de: i) afastar as ressalvas quanto às metas intermediárias de não-intermitência, de perdas e de melhoria de qualidade da prestação dos serviços exclusivamente como requisito para obtenção do atestado de capacidade econômico-financeira; ii) reafirmar a inclusão da AGEPAR como ente regulador nos termos de atualização e termos aditivos; e iii) reconhecer como erro formal e retificar o voto original, passando a constar 21 municípios e, assim, emitir atestado de capacidade econômico-financeira para o atendimento de 310 municípios.

Notas Explicativas

Em 29 de março de 2022, a Companhia protocolou na AGEPAR um pedido de reconsideração, acerca da decisão do Conselho Diretor.

Em 31 de março de 2022, o Conselho Diretor da AGEPAR, em sua Reunião Extraordinária nº 12/2022, deliberou pelo não acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia quanto à decisão da Agência em não atestar a comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia com relação a 21 municípios, os quais representaram no Exercício Social de 2021 a 0,41% da Receita Líquida da Companhia, ressaltando a licitude dos referidos contratos até seus termos finais, conforme manifestação da AGEPAR.

2.4. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2022 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 24 de fevereiro de 2022.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

No trimestre findo em 30 de junho de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias da adoção destas normas:

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas

Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Informações Contábeis Intermediárias.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 30 de junho de 2022 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte, exceto na vigência da Lei Estadual nº 20.187 de 2020 decorrente da pandemia do coronavírus. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Notas Explicativas

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$14.890 e R\$29.780 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	20.533	(20.533)	41.066	(41.066)
Ativos		20.533	(20.533)	41.066	(41.066)
Caixa Econômica Federal	TR	(1.346)	1.346	(2.692)	2.692
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI	(489)	489	(978)	978
BNDES	TJLP	(50)	50	(100)	100
BNDES-PAC2	TJLP	(1.816)	1.816	(3.632)	3.632
BNDES-AVANÇAR	IPCA	(285)	285	(570)	570
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(562)	562	(1.124)	1.124
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(860)	860	(1.720)	1.720
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(1.010)	1.010	(2.020)	2.020
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.068)	1.068	(2.136)	2.136
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(2.269)	2.269	(4.538)	4.538
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série	DI	(2.272)	2.272	(4.544)	4.544
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(5.047)	5.047	(10.094)	10.094
Debêntures - 10ª Emissão - Série Única	IPCA	(5.262)	5.262	(10.524)	10.524
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(1.822)	1.822	(3.644)	3.644
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Séries	IPCA	(5.276)	5.276	(10.552)	10.552
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(2.152)	2.152	(4.304)	4.304
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.478)	3.478	(6.956)	6.956
Arrendamento Direito de Uso	DI	(359)	359	(718)	718
Passivos		(35.423)	35.423	(70.846)	70.846
Efeitos no Lucro antes da tributação		(14.890)	14.890	(29.780)	29.780

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 30 de junho de 2022 foram, TR de 0,58% e a TJLP de 5,77% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 11,89% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 8,69% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 11,69% obtido junto à Fipe.

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é redução de 2,556% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para setembro de 2022, em relação a última taxa PTAX informada na data de 30/06/2022.

Notas Explicativas

Considerando o valor nocional de €2.979 mil (R\$16.338 mil), o valor da cotação da moeda Euro como R\$5,4842 para 30 de junho de 2022 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,0470 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,2380, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (redução de 2,556%)	418	(4.085)	4.085	(8.170)	8.170

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	Itaú BBA	09/08/2019	26/12/2022	6	33	26	7
2	Itaú BBA	04/09/2019	26/12/2022	64	353	295	58
3	Itaú BBA	04/10/2019	26/12/2022	12	65	53	12
4	Itaú BBA	13/11/2019	26/12/2022	368	2.018	1.693	325
5	Itaú BBA	05/06/2020	26/12/2022	632	3.466	3.651	(185)
6	Itaú BBA	15/12/2020	26/12/2022	404	2.213	2.479	(266)
7	Banco Bradesco	26/05/2021	26/12/2022	327	1.793	2.131	(338)
8	Itaú BBA	05/11/2021	26/12/2022	198	1.088	1.279	(191)
9	Banco Bradesco	01/06/2022	26/12/2022	370	2.025	1.889	136
10	Banco Bradesco	01/06/2022	26/06/2023	598	3.278	3.058	220
TOTAL				2.979	16.332	16.554	(222)

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 30 de junho de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.829.430	4.120.565
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.233.229)	(983.127)
Dívida Líquida *	3.596.201	3.137.438
Patrimônio Líquido	8.133.906	7.826.342
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido *	0,44	0,40

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, conforme a seguir:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	1.187.532	942.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.332	12.716
Depósitos Vinculados	84.968	73.357
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	45.697	40.823
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.078.241	1.023.029
Ativos Financeiros Contratuais	645.946	603.014
Outras Contas a Receber	65.034	64.878
Totais	3.123.750	2.760.121
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.554	11.606
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	4.829.430	4.120.565
Empreiteiros e Fornecedores	258.069	272.226
Outras Contas a Pagar	98.297	88.606
Totais	5.202.350	4.493.003

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários Livres	1.146	3.842
Depósitos Bancários Vinculados	44.551	36.981
	45.697	40.823
Aplicações Financeiras	1.187.532	942.304
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.233.229	983.127

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Fundo de Investimento Exclusivo Caixa SANEPAR I Renda Fixa) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais, com remuneração média de 99,77% do CDI (97,24% em 2021). O aumento do saldo das Aplicações Financeiras deve-se a captação da 12ª emissão de debêntures no montante de R\$600.000.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Contas a Receber Vincendas	330.778	319.892
Contas a Receber de Parcelamentos	131.174	129.639
Ajuste a Valor Presente	(20.754)	(17.211)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	228.436	241.906
	669.634	674.226
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	171.128	164.796
De 31 a 60 dias	83.132	71.331
De 61 a 90 dias	56.537	46.293
De 91 a 180 dias	121.186	90.306
Mais de 180 dias	476.593	366.825
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(499.969)	(390.748)
	408.607	348.803
Totais de Contas a Receber, líquidas	1.078.241	1.023.029
Circulante	1.028.188	971.478
Não Circulante	50.053	51.551

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	30/06/2022	31/12/2021
Prefeituras Municipais	111.814	(50.731)	(16.886)	44.197	34.757
Particulares	1.473.053	(449.238)	(3.868)	1.019.947	976.308
Setor Federal	1.687	-	-	1.687	1.274
Setor Estadual	12.410	-	-	12.410	10.690
Saldos no Final do Período	1.598.964	(499.969)	(20.754)	1.078.241	1.023.029

Notas Explicativas

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(390.748)	(286.954)
Valores Registrados como Despesa	(109.714)	(103.830)
Baixas, Líquidas das Recuperações	493	36
Saldos no Final do Período	(499.969)	(390.748)

Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Clientes Particulares	449.238	333.411
Prefeituras Municipais	50.731	57.337
Totais	499.969	390.748

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldos no Início do Período	(17.211)	(8.860)
Ajuste a Valor Presente	(3.543)	(8.351)
Saldos no Final do Período	(20.754)	(17.211)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a compensar	37.095	11.411
Contribuição Social a compensar	8.815	9
Totais	45.910	11.420
Circulante	45.910	11.420

Notas Explicativas

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.353	4.438
Reservas mantidas na CAIXA (1)	68.313	58.982
Outros Convênios (2)	13.302	9.937
Totais	84.968	73.357
Circulante	16.655	14.375
Não Circulante	68.313	58.982

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos a Empregados	17.345	13.439
Pagamentos Reembolsáveis	2.082	3.436
Depósitos Dados em Garantia	1.639	1.760
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	44.191	45.130
Despesas Antecipadas	166	254
Títulos e Outros Créditos	(389)	859
Totais	65.034	64.878
Circulante	21.945	20.851
Não Circulante	43.089	44.027

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2021	Adições	Receita de AVP	Despesas de AVP	30/06/2022
Investimento Não Amortizado	1.609.292	79.932	-	-	1.689.224
Ajuste a Valor Presente	(1.006.278)	(49.775)	12.822	(47)	(1.043.278)
Totais	603.014	(a) 30.157	12.822	(47)	645.946

a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 13c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,1% (*spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 18 e 28 anos.

Notas Explicativas

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2021	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	30/06/2022
Projetos e Obras em Andamento	1.736.808	695.174	18.113	1.223	(281.193)	-	2.170.125
Estoques para Obras	132.935	37.183	-	-	-	(42.009)	128.109
Totais	1.869.743	732.357	18.113	1.223	(281.193)	(42.009)	2.298.234

Até o 2º trimestre de 2022 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$732.357 (R\$492.245 no mesmo período de 2021), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Curitiba, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Telêmaco Borba e Umuarama; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Ibaiti, Ivaiporã, Londrina e União da Vitória. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente, nos municípios de Curitiba, Paranaíba, Guarapuava, São José dos Pinhais e Pato Branco.

Até este trimestre findo em 30 de junho de 2022 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$18.298 (R\$10.777 no mesmo período de 2021). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 7,3%.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	14.596	14.774
Impairment Test	(13.176)	(14.774)
Outros Investimentos	1.986	2.030
Totais	3.406	2.030

Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S. A.

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A., Companhia localizada ao lado da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto Belém, que tem por objetivo a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos, orgânicos e do lodo produzido na referida ETE, além da produção de biogás e geração de energia através do processo de biodigestão. A CS Bioenergia S.A. iniciou parcialmente sua operação em junho de 2017 e em 2019 atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar. O aporte financeiro realizado pela Companhia compreende o montante de R\$36.104 registrado em seu Capital Social e R\$1.420 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Notas Explicativas

A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias da investida, que estão sumarizadas a seguir:

Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	2.917	2.573
Ativo Não Circulante	51.730	53.278
• Imobilizado	47.542	51.158
• Outros	4.188	2.120
Ativo Total	54.647	55.851
Passivo Circulante	8.039	5.953
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	4.076	3.353
• Outros	3.963	2.600
Passivo Não Circulante	10.117	12.962
• Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos	6.672	9.313
• Outros	3.445	3.649
Patrimônio Líquido	36.491	36.936
Passivo Total	54.647	55.851
Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	30/06/2022	30/06/2021
Receita Bruta	8.169	6.954
(-) Custos dos Serviços	(9.864)	(8.010)
Resultado Bruto	(1.695)	(1.056)
(-) Despesas Operacionais	(1.540)	(1.331)
Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos	(3.235)	(2.387)
(-) Resultado Financeiro	(761)	(724)
Resultado Antes dos Tributos	(3.996)	(3.111)
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do Período	(3.996)	(3.111)

A movimentação do investimento no período é a seguinte:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	-	-
Aportes Financeiros	1.420	1.046
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação de 40%)	(1.598)	(2.958)
Teste de Recuperabilidade de Ativos (<i>Impairment Test</i>) - (Constituição) /Reversão	1.598	1.912
Saldo no final do período	1.420	-

Análise do Valor Recuperável do Investimento na CS Bioenergia S.A.

Em decorrência do atraso na conclusão e início da operação da planta da CS Bioenergia S.A., conforme preconizam o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Sanepar efetuou ao final de 2021 o teste de recuperabilidade (*“impairment test”*) deste investimento, considerando o histórico de prejuízos e que os fluxos de caixas futuros apresentam resultados negativos, para o período analisado de 5 anos, concluiu que o investimento não possui valor recuperável. Desta forma, foi registrado no resultado da Companhia o impacto do *Impairment Test* do investimento na CS Bioenergia, sendo este valor ajustado com o reconhecimento da equivalência patrimonial do período.

Notas Explicativas

Outros Investimentos

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia), enquadrado no nível I decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201 e outros investimentos sobre os quais não exerce influência significativa no montante de R\$320, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 30/06/2022 equivalem a R\$1.986.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/06/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	374.708	(154.791)	219.917	224.376
Outras Imobilizações	3.661	(2.482)	1.179	1.351
Direito de Uso em Arrendamento	156.372	(73.779)	82.593	86.952
Totais	534.741	(231.052)	303.689	312.679

Por Natureza				30/06/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.922	-	2.922	2.922
Construções Civas	*1,84%	116.826	(22.479)	94.347	94.637
Benfeitorias	*2%	2.661	(857)	1.804	1.784
Instalações	*5,83%	9.827	(3.912)	5.915	6.196
Equipamentos	*6,23%	96.274	(38.121)	58.153	58.989
Móveis e Utensílios	*7,14%	52.810	(24.141)	28.669	28.962
Equipamentos de Informática	*19,82%	42.407	(27.640)	14.767	15.656
Veículos	*13,05%	28.277	(18.415)	9.862	11.073
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.547	(21.046)	3.501	4.050
Ferramentas	*6,67%	1.637	(662)	975	966
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	181	-	181	492
Direito de Uso em Arrendamento	*29,82%	156.372	(73.779)	82.593	86.952
Totais		534.741	(231.052)	303.689	312.679

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			30/06/2022	31/12/2021
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	5.780.944	(1.933.488)	3.847.456	3.822.569
Sistemas de Esgoto	6.011.563	(1.570.430)	4.441.133	4.355.429
Resíduos Sólidos	4.511	(4.511)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.114	(76.520)	48.594	49.531
Outros Ativos Intangíveis	235.164	(99.693)	135.471	129.152
Direito de Uso em Arrendamento	200.124	(20.444)	179.680	182.180
Totais	12.357.420	(3.705.086)	8.652.334	8.538.861

Por Natureza				30/06/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	236.632	-	236.632	222.277
Poços	*3,10%	170.355	(42.535)	127.820	125.670
Barragens	*2,67%	148.523	(65.112)	83.411	84.074
Construções Civas	*2,59%	2.808.875	(697.409)	2.111.466	2.036.999
Benfeitorias	*2,67%	43.476	(5.987)	37.489	32.411
Tubulações	*2,64%	6.089.575	(1.710.278)	4.379.297	4.382.330
Ligações Prediais	*3,33%	921.061	(302.528)	618.533	608.294
Instalações	*5,83%	224.170	(95.810)	128.360	127.169
Hidrômetros	*10%	276.254	(110.545)	165.709	161.625
Macromedidores	*10%	7.388	(5.136)	2.252	2.307
Equipamentos	*6,23%	820.520	(358.212)	462.308	447.172
Móveis e Utensílios	*7,14%	7.023	(4.241)	2.782	2.756
Equipamento de Informática	*19,82%	91.477	(85.552)	5.925	6.390
Programas de Informática	*20%	98.640	(60.927)	37.713	40.175
Veículos	*13,05%	20.755	(14.671)	6.084	6.275
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	25.947	(23.407)	2.540	3.495
Ferramentas	*6,67%	295	(226)	69	75
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.521	(323)	4.198	4.337
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	33.340	(25.223)	8.117	9.225
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(76.406)	48.594	49.531
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	114	(114)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	3.355	-	3.355	4.094
Direito de Uso em Arrendamento	*14,60%	200.124	(20.444)	179.680	182.180
Totais		12.357.420	(3.705.086)	8.652.334	8.538.861

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Notas Explicativas

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

Em 30 de junho de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				30/06/2022	31/12/2021
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Civas	1,67%	37.434	(3.138)	34.296	34.609
Tubulações	2,00%	147.315	(13.553)	133.762	135.235
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(1.293)	6.933	7.070
Instalações	6,67%	309	(103)	206	216
Equipamentos	6,00%	6.013	(1.833)	4.180	4.364
Arrendamento - Litoral		199.297	(19.920)	179.377	181.494
Veículos	50,69%	47.958	(33.118)	14.840	24.779
Construções Civas	20,39%	45.231	(13.239)	31.992	34.323
Equipamentos	20,42%	495	(368)	127	127
Equipamentos de Informática	20,74%	63.515	(27.578)	35.937	28.409
Arrendamento - Direito de Uso		157.199	(74.303)	82.896	87.638
Totais		356.496	(94.223)	262.273	269.132
Imobilizado		156.372	(73.779)	82.593	86.952
Intangível		200.124	(20.444)	179.680	182.180

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$3.515 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2021	Entradas	Amortizações	30/06/2022
Arrendamento - Litoral	181.494	-	(2.117)	179.377
Veículos	24.779	1.946	(11.885)	14.840
Construções Civas	34.323	2.148	(4.479)	31.992
Equipamentos	127	45	(45)	127
Equipamentos de Informática	28.409	14.871	(7.343)	35.937
Saldo	269.132	19.010	(25.869)	262.273

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2022:

Descrição	31/12/2021	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	30/06/2022
Imobilizado							
Terrenos	2.922	-	-	-	-	-	2.922
Construções Cíveis	94.637	339	(1.373)	-	510	234	94.347
Benfeitorias	1.784	-	(25)	-	45	-	1.804
Instalações	6.196	-	(281)	-	-	-	5.915
Equipamentos	58.989	1.928	(2.725)	(39)	-	-	58.153
Móveis e Utensílios	28.962	1.945	(1.596)	(642)	-	-	28.669
Equipamentos de Informática	15.656	1.336	(1.982)	(243)	-	-	14.767
Veículos	11.073	-	(1.211)	-	-	-	9.862
Máquinas, Tratores e Similares	4.050	460	(1.009)	-	-	-	3.501
Ferramentas	966	55	(46)	-	-	-	975
Bens Patrimoniais a Incorporar	492	(311)	-	-	-	-	181
Direito de Uso em Arrendamento	86.952	19.044	(23.403)	-	-	-	82.593
Totais Imobilizado	312.679	24.796	(33.651)	(924)	555	234	303.689
Intangível							
Terrenos	222.277	6.004	-	-	8.351	-	236.632
Poços	125.670	64	(1.051)	(2.385)	5.528	(6)	127.820
Barragens	84.074	104	(1.610)	-	1.130	(287)	83.411
Construções Cíveis	2.036.999	1.250	(34.605)	-	124.208	(16.386)	2.111.466
Benfeitorias	32.411	92	(565)	-	6.506	(955)	37.489
Tubulações	4.382.330	13.968	(75.896)	(48)	70.651	(11.708)	4.379.297
Ligações Prediais	608.294	179	(14.461)	(119)	25.699	(1.059)	618.533
Instalações	127.169	406	(6.655)	(1.003)	8.443	-	128.360
Hidrômetros	161.625	-	(12.815)	(1.945)	18.844	-	165.709
Macromedidores	2.307	8	(198)	-	135	-	2.252
Equipamentos	447.172	23.876	(17.040)	(2.594)	10.894	-	462.308
Móveis e Utensílios	2.756	81	(157)	(11)	113	-	2.782
Equipamentos de Informática	6.390	18	(594)	(10)	121	-	5.925
Programas de Informática	40.175	3.754	(6.161)	(55)	-	-	37.713
Veículos	6.275	421	(612)	-	-	-	6.084
Máquinas, Tratores e Similares	3.495	-	(955)	-	-	-	2.540
Ferramentas	75	-	(6)	-	-	-	69
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	4.337	-	(138)	-	-	(1)	4.198
Proteção e Preservação Ambiental	9.225	-	(1.134)	-	15	11	8.117
Concessão do Município de Curitiba	49.531	-	(937)	-	-	-	48.594
Bens Patrimoniais a Incorporar	4.094	(739)	-	-	-	-	3.355
Direito de Uso em Arrendamento	182.180	(34)	(2.466)	-	-	-	179.680
Total Intangível	8.538.861	49.452	(178.056)	(8.170)	280.638	(30.391)	8.652.334
Total Geral	8.851.540	74.248	(211.707)	(9.094)	(a) 281.193	(b) (30.157)	8.956.023

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	30/06/2022			31/12/2021		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Cédula de Crédito Bancário - CCB	DI + 2,75%	-	-	-	-	66.632	-	66.632
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	108,00% do DI	-	155.509	-	155.509	401	154.967	155.368
BNDES	TJLP + 1,82%	-	4.493	-	4.493	7.687	638	8.325
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.056	918	3.974	3.379	2.283	5.662
Debêntures 2ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,92%	-	12.332	15.306	27.638	12.323	21.384	33.707
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	9,19%	IPCA	27.836	45.832	73.668	23.479	43.539	67.018
Debêntures 2ª Emissão - 3ª Série	TJLP + 1,92%	-	16.443	20.408	36.851	16.431	28.511	44.942
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	106,05% do DI	-	1.204	199.122	200.326	999	199.106	200.105
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.555	2.731	6.286	3.559	4.502	8.061
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	12.951	295.955	308.906	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	930	150.801	151.731	772	150.793	151.565
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	4.470	128.264	132.734	2.698	127.939	130.637
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	24.291	97.646	121.937	24.267	109.371	133.638
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	16.228	65.314	81.542	15.486	69.643	85.129
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	4.336	415.963	420.299	4.053	394.250	398.303
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	2.267	233.822	236.089	2.121	221.616	223.737
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	55.707	233.414	289.121	51.263	239.099	290.362
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	12.090	279.264	291.354	11.652	284.360	296.012
Arrendamento Direito Uso	4,89%	-	57.313	49.810	107.123	59.274	49.725	108.999
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	1.990	181.276	183.266	1.870	171.852	173.722
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	6.213	309.067	315.280	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.842	40.939	43.781	2.988	42.267	45.255
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	4.632	66.883	71.515	4.869	69.052	73.921
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.462	21.584	23.046	1.402	21.164	22.566
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	2.356	34.869	37.225	2.259	34.192	36.451
BNDES - AVANÇAR	3,58% a 4,00%	IPCA	179	48.025	48.204	175	27.864	28.039
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	82.875	1.359.053	1.441.928	75.698	1.244.768	1.320.466
Total em Reais			517.560	4.296.266	4.813.826	395.737	3.712.885	4.108.622
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	15.604	-	15.604	11.943	-	11.943
Total em Moeda Estrangeira			15.604	-	15.604	11.943	-	11.943
Saldo no Final do Exercício			533.164	4.296.266	4.829.430	407.680	3.712.885	4.120.565
Empréstimos e Financiamentos			165.469	1.644.141	1.809.610	220.336	1.519.154	1.739.490
Debêntures			298.292	2.323.051	2.621.343	116.418	1.859.646	1.976.064
Arrendamentos			69.403	329.074	398.477	70.926	334.085	405.011

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, com bonificação de juros fornecidos pela República Federativa da Alemanha para projetos que atendam aos critérios de elegibilidade da política de desenvolvimento conforme termos que cumprem os requisitos da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico para o reconhecimento como Assistência Oficial ao Desenvolvimento. A primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019.

A Companhia usará o Empréstimo exclusivamente para financiar o programa DKT1 de promoção da tecnologia de biogás que favorecem o clima no Estado do Paraná referente: (i) reabilitação, ampliação e construção de sistemas e estações de tratamento de esgoto; (ii) coleta, tratamento, disposição e utilização de biogás oriundo de estações de tratamento de esgoto; (iii) tratamento de lodo; (iv) equipamentos e acessórios; e (v) serviços de consultoria.

Notas Explicativas

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *convenants* conforme item “f” desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) junto ao Banco Bradesco S/A, Banco Santander Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A, os quais foram assinados em 06/11/2017, 07/12/2017 e 22/01/2018 respectivamente, para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. Até a data de 30 de junho de 2022 houve liberação de €2.979 mil pelo Banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 121,90% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 10,59% para uma taxa de 8,69 % do CDI.

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa de desconto aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada de desconto aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa média ponderada de desconto aplicada no reconhecimento destes contratos foi de 6,76%, em 31 de dezembro de 2020 foi de 6,12%, em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,77% e em 30 de junho de 2022 foi de 4,97%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “*leaseback*” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2021	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	30/06/2022
Arrendamento - Litoral	296.012	-	-	15.506	(20.164)	291.354
Arrendamento - Direito de Uso	108.999	19.010	-	1.434	(22.320)	107.123
Totais	405.011	19.010	-	16.940	(42.484)	398.477
Circulante	70.926					69.403
Não Circulante	334.085					329.074

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamentos está demonstrado a seguir:

Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	30/06/2022	31/12/2021
			Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	39.898	(27.808)	12.090	11.652
Mais de um ano e menos de cinco anos	161.304	(110.073)	51.231	49.150
Acima de cinco anos	358.513	(130.480)	228.033	235.210
Subtotal	559.715	(268.361)	291.354	296.012
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	60.432	(3.119)	57.313	59.274
Mais de um ano e menos de cinco anos	53.330	(3.520)	49.810	49.725
Subtotal	113.762	(6.639)	107.123	108.999
Totais	673.477	(275.000)	398.477	405.011

O passivo dos arrendamentos de direito de uso e litoral foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/06/2022
Arrendamento - Litoral	375.582
Veículos	17.174
Bens Móveis	46.591
Bens Imóveis	43.189
Total	482.536

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando o juro incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2036	Total
Arrendamento - Litoral	21.489	44.252	45.896	47.325	48.745	50.207	479.892	737.806
Veículos	12.290	5.138	33	-	-	-	-	17.461
Bens Móveis	9.791	15.905	10.141	9.679	4.678	25	-	50.219
Bens Imóveis	4.295	9.270	9.494	9.997	10.911	5.825	-	49.792
Total	47.865	74.565	65.564	67.001	64.334	56.057	479.892	855.278

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	30/06/2022	31/12/2021
TR	1.441.928	1.320.466
TJLP	480.040	510.974
IPCA	1.533.915	1.154.141
DI	949.206	704.307
IPC-FIPE	291.354	296.012
EURO	15.604	11.943
Sem Correção Monetária	117.383	122.722
Totais	4.829.430	4.120.565

Notas Explicativas

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2020	2022	200.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 1 Contrato	2007	2023	81.357	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	261.304	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	2021	2026	130.000	130.000	2025/2026	Semestral
Arrendamento - Direito de Uso	2017 a 2022	2022 a 2027	127.821	-	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	223.716	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	95.590	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	2020	2027	350.000	35.000	2027	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	2022	2027	300.000	300.000	2027	Semestral
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	629.594	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	2021	2029	208.300	208.300	2029	Semestral
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	2021	2031	161.700	161.700	2031	Semestral
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	2022	2032	300.000	300.000	2032	Semestral
Arrendamento - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - AVANÇAR	2020 a 2021	2041	566.433	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 283 Contratos	2003 a 2018	2042	3.071.139	-	Mensal	Mensal

Notas Explicativas

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Debêntures 2ª Emissão	42.326	51.487	44.344	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão	20.563	39.912	39.912	39.912	39.912	23.268	-	-
Debêntures 7ª Emissão	5.964	10.656	10.656	10.656	10.656	10.656	10.656	10.656
Debêntures 8ª Emissão	509	155.000	-	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão	2.134	-	199.122	-	150.801	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	4.336	-	-	-	-	415.963	-	-
Debêntures 11ª Emissão	8.727	-	-	64.132	64.132	-	-	233.822
Debêntures 12ª Emissão	19.164	-	-	-	147.977	147.977	-	-
Subtotais Debêntures	103.723	257.055	294.034	114.700	413.478	597.864	10.656	244.478
BNDES	3.853	640	-	-	-	-	-	-
BNDES - PAC2	28.424	54.568	54.568	54.568	45.693	26.826	22.267	2.207
BNDES - AVANÇAR	179	896	1.711	2.707	2.832	2.832	2.832	2.832
Banco do Brasil - PSI	1.691	2.093	190	-	-	-	-	-
Banco Itaú - PSI	1.784	3.056	1.420	26	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	42.789	81.397	86.453	91.824	96.747	102.074	107.248	106.743
Banco KfW	15.604	-	-	-	-	-	-	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	94.324	142.650	144.342	149.125	145.272	131.732	132.347	111.782
Arrendamento - Litoral	7.826	10.530	11.615	12.826	14.179	15.690	17.381	19.275
Arrendamento - Direito de Uso	43.544	23.541	17.172	14.744	7.715	407	-	-
Subtotais Arrendamentos	51.370	34.071	28.787	27.570	21.894	16.097	17.381	19.275
Totais	249.417	433.776	467.163	291.395	580.644	745.693	160.384	375.535

Descrição	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	138.157
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	203.479
Debêntures 7ª Emissão	10.656	10.656	10.656	10.656	10.656	10.656	31.075	175.567
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	155.509
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	352.057
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	420.299
Debêntures 11ª Emissão	-	181.276	-	-	-	-	-	552.089
Debêntures 12ª Emissão	-	-	309.068	-	-	-	-	624.186
Subtotais Debêntures	10.656	191.932	319.724	10.656	10.656	10.656	31.075	2.621.343
BNDES	-	-	-	-	-	-	-	4.493
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	289.121
BNDES - AVANÇAR	2.832	2.832	2.832	2.832	2.832	2.832	14.391	48.204
Banco do Brasil - PSI	-	-	-	-	-	-	-	3.974
Banco Itaú - PSI	-	-	-	-	-	-	-	6.286
Caixa Econômica Federal	102.091	94.873	69.786	67.931	61.042	63.284	267.646	1.441.928
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	15.604
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	104.923	97.705	72.618	70.763	63.874	66.116	282.037	1.809.610
Arrendamento - Litoral	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	33.806	14.376	291.354
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	107.123
Subtotais Arrendamentos	21.396	23.774	26.442	29.437	32.801	33.806	14.376	398.477
Totais	136.975	313.411	418.784	110.856	107.331	110.578	327.488	4.829.430

Notas Explicativas**d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	407.680	3.712.885	521.505	3.126.083
Liberações	4.918	795.008	-	799.220
Juros e Taxas sobre Financiamentos	170.347	-	240.071	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	76.744	-	95.551
Transferências	279.588	(279.588)	327.114	(327.114)
Amortizações	(362.817)	-	(779.006)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(1.209)	(8.783)	(1.082)	(7.162)
Variações Cambiais	(1.293)	-	-	(165)
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	16.940	-	29.554	26.472
Arrendamentos	19.010	-	69.524	-
Saldos no final do período	533.164	4.296.266	407.680	3.712.885

e) Os Principais eventos no período foram os seguintes:

Até o 2º trimestre de 2022 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	(17.046)
Debêntures 4ª Emissão	-	(27.561)
Debêntures 7ª Emissão	-	(17.062)
Debêntures 8ª Emissão	-	(8.946)
Debêntures 9ª Emissão	-	(19.800)
Debêntures 10ª Emissão	-	(9.218)
Debêntures 11ª Emissão	-	(14.966)
Debêntures 12ª Emissão (1)	600.000	-
BNDES	-	(4.087)
BNDES - PAC2	23.742	(36.049)
BNDES - AVANÇAR2	20.000	(552)
Banco do Brasil - PSI	-	(1.783)
Banco Itaú - PSI	-	(1.952)
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	(69.123)
Caixa Econômica Federal	151.266	(92.106)
Banco KfW	4.918	(82)
Subtotal	799.926	(320.333)
Arrendamentos (2)	19.010	(42.484)
Totais	818.936	(362.817)

(1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos;

(2) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa).

Notas Explicativas

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, e das 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissão de Debêntures e de Célula de Crédito Bancário - CCB

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo o novo contrato denominado “Avançar”, e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Notas Explicativas

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), Cédula de Crédito Bancário - CCB contratada junto ao Banco BTG Pactual e da 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 12^a emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3^a fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco KfW e da CCB junto ao Banco BTG Pactual.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
COFINS a Pagar	29.429	29.889
PASEP a Pagar	6.352	6.449
IPTU - Parcelamento	-	125
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	35.275	48.139
Totais dos Impostos e Contribuições	71.056	84.602
Circulante	71.056	84.602

Notas Explicativas**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado**

Descrição	30/06/2022		30/06/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	707.839	707.839	797.284	797.284
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(176.960)	(63.705)	(199.321)	(71.756)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	38.552	13.878	37.771	13.598
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	5.984	-	-	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	295	-	338	-
Equivalência Patrimonial	(399)	(144)	(311)	(112)
Outros	258	53	633	183
Totais das Despesas	(132.270)	(49.918)	(160.890)	(58.087)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(182.188)		(218.977)	
Alíquota Efetiva	25,7%		27,5%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Imposto de Renda	(149.205)	(158.311)
Contribuição Social	(55.787)	(56.931)
Realização do Imposto de Renda Diferido	16.935	(2.579)
Realização da Contribuição Social Diferida	5.869	(1.156)
Totais	(182.188)	(218.977)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	30/06/2022				31/12/2021
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	1.043.278	260.819	93.895	354.714	342.135
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	18 anos	13.787	3.447	1.240	4.687	4.824
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.200.455	300.114	108.041	408.155	394.440
Arrendamento - Litoral (Ativo)	15 anos	291.354	72.838	26.222	99.060	100.644
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	672.339	168.085	60.510	228.595	209.312
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	107.123	26.781	9.641	36.422	37.060
AVP de Contas a Receber	5 anos	20.754	5.189	1.868	7.057	5.852
Redução Valor Recuperável Ativos - CS Bionergia	5 anos	13.176	3.294	1.186	4.480	5.023
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	535	134	48	182	167
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	49.387	12.347	4.445	16.792	18.835
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	26.531	6.633	2.388	9.021	7.012
Valor Realizável Líquido de Estoque	3 anos	265	66	24	90	89
Provisão para PPR	1 ano	35.797	8.949	3.222	12.171	27.267
PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada	1 ano	153	38	14	52	46
Totais			868.734	312.744	1.181.478	1.152.706
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	963.777	240.944	86.740	327.684	317.532
Reserva de Reavaliação	26 anos	85.853	21.463	7.727	29.190	30.395
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	21 anos	107.850	26.963	-	26.963	27.594
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	11.616	2.904	1.045	3.949	3.927
Arrendamento - Litoral (Passivo)	15 anos	179.378	44.845	16.144	60.989	61.708
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	13 anos	6.625	1.656	596	2.252	2.296
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	82.895	20.724	7.461	28.185	29.792
Totais			359.499	119.713	479.212	473.244
Total Líquido			509.235	193.031	702.266	679.462

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2022, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2022	20.523	7.388	27.911	8.852	2.950	11.802
2023	49.918	17.970	67.888	17.704	5.900	23.604
2024	59.948	21.581	81.529	17.704	5.900	23.604
2025	40.942	14.739	55.681	17.704	5.900	23.604
2026	212.566	76.524	289.090	19.776	6.646	26.422
2027 a 2029	101.587	36.571	138.158	40.677	13.223	53.900
2030 a 2032	102.628	36.946	139.574	40.677	13.223	53.900
2033 a 2035	101.587	36.571	138.158	40.544	13.175	53.719
2036 a 2038	61.529	22.150	83.679	34.093	10.853	44.946
2039 a 2041	26.219	9.439	35.658	31.073	9.766	40.839
2042 a 2044	26.082	9.390	35.472	27.935	9.583	37.518
2045 a 2047	26.082	9.390	35.472	26.619	9.583	36.202
2048 a 2050	26.082	9.390	35.472	24.094	8.674	32.768
2051	13.041	4.695	17.736	12.047	4.337	16.384
Totais	868.734	312.744	1.181.478	359.499	119.713	479.212

Notas Explicativas

17. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado até o 2º trimestre de 2022 foi de R\$1.887 (R\$2.100 no mesmo período de 2021). O saldo em 30 de junho de 2022 é de R\$16.614 (R\$700 em 31/12/2021), sendo R\$3.560 (R\$700 em 31/12/2021) registrados no passivo circulante e R\$13.054 no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	30/06/2022
Ações Trabalhistas (i)	342.444	67.106	(8.052)	(30.416)	371.082
Ações Cíveis (ii)	221.188	28.639	(581)	(540)	248.706
Ações Ambientais (iii)	42.324	1.472	(8)	-	43.788
Ações Tributárias (iv)	7.654	1.109	-	-	8.763
Operação Ductos (v)	2.015	-	(2.015)	-	-
Totais	615.625	98.326	(10.656)	(30.956)	672.339

Principais eventos no período:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de R\$22.507, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; R\$21.286 referente ações trabalhistas cujo objeto é decorrente de equiparações salariais; e R\$23.313 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais e novas ações registradas no período. Em contrapartida houve redução das provisões (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$38.468, em razão do arquivamento e baixa definitiva de processos.

Ação Civil no montante de R\$24.929, referente questionamento sobre a cobrança de tarifa residencial mínima de consumo, movida por 61 condomínios localizados nos municípios de Matinhos e Guaratuba.

Considerando os relatórios elaborados pelas comissões designadas pelas Resoluções nº 091/2022 e nº 116/2022 (Operação Ductos), aprovados pelo Conselho de Administração na 12ª Reunião Extraordinária, de 27 de junho de 2022, a Companhia reverteu a provisão de R\$2.015 constituída no 4º trimestre de 2021, e efetuou os registros contábeis conforme descrito nas Notas Explicativas 25 e 30.

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível, exceto para ações ambientais, para as quais a Companhia divulga as expectativas de perda possível e remota. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	30/06/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	87.507	75.798
Ações Cíveis (ii)	610.513	651.934
Ações Ambientais (iii)	350.486	343.023
Ações Tributárias (iv)	26.049	25.051
Totais	1.074.555	1.095.806

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

Os passivos contingentes ambientais incluem as ações com expectativa de perda remota no montante de R\$158.986 (R\$155.595 em 31 de dezembro de 2021). A informação de processos ambientais com perda remota é condizente com a política contábil da Companhia para fins de divulgação.

Alguns autos de infração estão sendo questionados tanto no âmbito administrativo, junto aos respectivos órgãos, quanto judicialmente.

Em decorrência dos autos de infração lavrados pelo IBAMA, este Órgão Federal ajuizou nos anos de 2014 e 2015, 17 Ações Cíveis Públicas (ACP) que tramitam perante a 11ª Vara Federal de Curitiba. Em 2018, foram firmados 17 Termos de Acordos Judiciais – TAJ nestas Ações Cíveis Públicas, devidamente subscritos pelo Ministério Público Federal, IBAMA e Instituto Água e Terra - IAT e homologados pelo Juízo Federal. Das 258 ETEs, em operação, que compõem o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sanepar, 184 foram abrangidas nestes Termos de Acordo Judicial (TAJ).

Notas Explicativas

Em 2019, o Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba decidiu pelo não cumprimento de dois acordos (ACP 5001669-33.2015.4.04.7015 e ACP 5001739-56.2015.4.04.7013) quanto a uma Cláusula neles prevista que obrigam a Companhia ao pagamento de multa no valor estimado de R\$ 14,6 milhões. O referido valor foi divulgado a época como passivo contingente, com probabilidade de perda "Possível". A Companhia recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, obtendo liminarmente a suspensão dos efeitos da decisão.

Em abril de 2021 o TRF 4 julgou procedentes os dois recursos da SANEPAR. As decisões transitaram em julgado e o valor de perda foi baixado do passivo.

Após constatar a necessidade de promover ajustes de cronogramas de algumas estações de tratamento de esgoto e elaboração de novas cláusulas dos acordos firmados em 2018, a Companhia, juntamente com o IBAMA, solicitou ao Juízo da 11ª Vara Federal de Curitiba a repactuação dos acordos. Em novembro de 2021, a repactuação não foi homologada judicialmente, razão pela qual a Companhia recorreu. Em julho de 2022 o TRF4 suspendeu a decisão de primeiro grau e determinou a realização de audiência para esclarecimentos.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Londrina, Paranavaí, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Porecatu, Maringá e Pinhais.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	30/06/2022	31/12/2021
Ações Trabalhistas (i)	334.551	286.653
Ações Cíveis	103.720	97.877
Ações Ambientais	5.563	5.448
Ações Tributárias	20.524	18.615
Totais	464.358	408.593

(i) No primeiro semestre de 2022 foram registrados 44 novos depósitos judiciais e atualização das ações trabalhistas movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, referentes a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração no montante de R\$ 35.350.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Notas Explicativas

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$17.094 (R\$15.151 no mesmo período de 2021) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,0% pela patrocinadora e 37,0% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, até o 2º trimestre, o montante de R\$41.506 (R\$38.047 no mesmo período de 2021).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação 695/12 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	33.494	46.536	80.030	77.341
Não Circulante	468.922	651.503	1.120.425	1.082.775
Totais	502.416	698.039	1.200.455	1.160.116

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2022:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2022
Custo do Serviço Corrente	7.077	3.484	10.561
Custo dos Juros	152.998	69.473	222.471
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(103.269)	-	(103.269)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(17.752)	(31.334)	(49.086)
Totais	39.054	41.623	80.677

Notas Explicativas

O montante de R\$80.677 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2022, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado até o 2º trimestre de 2022 o montante de R\$40.339 (R\$29.433 no mesmo período de 2021). No final do exercício de 2022 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com Partes Relacionadas

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	28.953	61.183	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	6.359	6.033	-	-
Contas a Receber	44.197	34.757	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	30.624	5.905	-	-	84.507	32.520
CS Bioenergia S.A.								
Tratamento de Efluente de Esgoto	1.285	1.187	-	-	139	56	-	-
Aluguel de Imóvel	321	302	-	-	181	163	-	-
Gastos Reembolsáveis Energia Elétrica	84	177	-	-	-	-	289	251
Remoção de Lodo - ETE Belém	-	-	-	-	-	-	6.770	5.655
Locação Usina Minig. Energ. Elétrica	-	-	-	-	-	-	906	837
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	302	278	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	58.600	53.198
Copel (Controlada pelo Estado do PR)								
Água retirada de Reservatórios de Usinas	-	-	-	-	-	-	385	237
Tecpar								
ISO e plano segurança da água	-	-	-	7	-	-	1.863	296
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	10	13	-	-	56	7
Investimento em Ação	3	3	-	-	-	-	-	-
Juros a Receber	6	6	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	-	759	-	-	775	1.396
Investimento segurança hídrica	-	3.026	-	-	-	-	-	-
Total	45.896	39.458	59.587	67.867	6.981	6.530	154.151	94.397

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovada pela 58ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, no montante global de R\$15.054. Para o exercício de 2021 a aprovação se deu pela 57ª/2021 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2021, no montante de R\$15.046.

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração	4.941	4.877
Encargos e Benefícios	1.703	1.719
Encargos Sociais	1.584	1.585
Plano de Saúde (Sanesaúde)	44	33
Plano de Previdência (Fusanprev)	63	58
Programas Complementares	12	43
Totais	6.644	6.596

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Contratos e Convênios com Terceiros	21.273	18.907
Convênios com Municípios	20.399	19.412
Cauções e Valores a Reembolsar	10.129	12.380
Parcelamento IBAMA - PRD (1)	14.938	30.558
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (2)	30.624	5.905
Outras Contas a Pagar	934	1.444
Totais	98.297	88.606
Circulante	96.845	85.644
Não Circulante	1.452	2.962

(1) Saldo de R\$8.867 referente a parcelamento de débitos relativos a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao IBAMA no montante de R\$6.071;

(2) Aumento decorrente da formalização dos Termos de Atualização Contratual com as Microrregiões dos Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Paraná.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 30 de junho de 2022 é de R\$5,38 (R\$5,18 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 é de R\$4.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$3.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	-	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	56.854.614	11,3	291.000.862	28,9	347.855.476	23,0
Demais Investidores	144.226.870	28,6	710.907.432	70,5	855.134.302	56,6
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado até o 2º trimestre, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.339 (R\$2.631 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Saldos no início do período	59.002	64.292
Realização da Reserva de Reavaliação	(3.543)	(3.986)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	1.204	1.355
Saldos no final do período	56.663	61.661

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$85 (R\$101 no mesmo período de 2021), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Saldos no início do período	4.458	4.668
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(129)	(153)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	44	52
Saldos no final do período	4.373	4.567

Notas Explicativas

d) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

f) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

g) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 19) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

h) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Notas Explicativas

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2021, no montante bruto de R\$343.564, que líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte representava R\$308.834, sendo que até 30/06/2022, foi quitado o montante de R\$308.823.

i) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas por ação, em Reais, foi o seguinte:

	2021	2020
Ações Ordinárias	0,21314	0,18389
Ações Preferenciais	0,23445	0,20228
Valor para 1 "Unit"	1,15094	0,99303

Em junho de 2022, a Administração da Companhia propôs e o Conselho de Administração aprovou na 6ª/2022 Reunião Ordinária, de 23 de junho de 2022, o crédito de Juros sobre o Capital Próprio observando o limite legal da variação da TJLP no período, com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2022. O valor bruto dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados para o 1º semestre de 2022, foi de R\$154.207, sendo retido o valor de R\$18.777 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte. Esse crédito gerou uma economia tributária de R\$52.430.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação em Reais (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	30/06/2022	30/06/2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	164.266	180.721
Ações preferências	361.385	397.586
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído (em Reais)		
Por ação ordinária	0,32610	0,35876
Por ação preferencial	0,35871	0,39464

Notas Explicativas

23. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas				
Receitas de Água	886.576	833.901	1.806.549	1.639.952
Receitas de Esgoto	530.111	488.787	1.076.698	957.770
Receitas de Serviços	27.892	27.345	56.080	54.169
Receitas de Resíduos Sólidos	3.298	3.066	6.359	6.033
Serviços Prestados a Prefeituras	5.489	5.164	10.749	10.319
Doações efetuadas por Clientes	7.212	11.153	14.657	18.316
Outras Receitas	1.163	1.180	2.615	2.498
Totais das Receitas Operacionais	1.461.741	1.370.596	2.973.707	2.689.057
Deduções das Receitas Operacionais				
COFINS	(84.446)	(79.904)	(170.914)	(155.500)
PASEP	(18.182)	(17.303)	(36.838)	(33.692)
Totais das Deduções	(102.628)	(97.207)	(207.752)	(189.192)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.359.113	1.273.389	2.765.955	2.499.865

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$39.728 (R\$47.303 no mesmo período de 2021), até o 2º trimestre de 2022, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2022 a 30/06/2022			01/04/2021 a 30/06/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(91.485)	(41.242)	(132.727)	(75.608)	(35.869)	(111.477)
Materiais	(36.172)	(23.424)	(59.596)	(25.568)	(17.886)	(43.454)
Energia Elétrica	(132.270)	(17.917)	(150.187)	(106.102)	(13.327)	(119.429)
Serviços de Terceiros	(62.951)	(45.611)	(108.562)	(61.379)	(41.874)	(103.253)
Depreciações e Amortizações	(45.051)	(42.881)	(87.932)	(41.314)	(39.845)	(81.159)
Indenizações por Danos a Terceiros	(618)	(502)	(1.120)	(704)	(342)	(1.046)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(37.468)	(28.331)	(65.799)	(9.889)	(7.184)	(17.073)
Outros Custos	(33.062)	(11.763)	(44.825)	(25.667)	(13.893)	(39.560)
Totais	(439.077)	(211.671)	(650.748)	(346.231)	(170.220)	(516.451)

Descrição	01/01/2022 a 30/06/2022			01/01/2021 a 30/06/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(167.679)	(75.983)	(243.662)	(141.428)	(68.351)	(209.779)
Materiais	(67.724)	(43.065)	(110.789)	(51.701)	(34.109)	(85.810)
Energia Elétrica	(284.997)	(36.999)	(321.996)	(212.569)	(28.385)	(240.954)
Serviços de Terceiros	(125.601)	(91.052)	(216.653)	(119.311)	(84.138)	(203.449)
Depreciações e Amortizações	(89.797)	(84.795)	(174.592)	(81.123)	(78.376)	(159.499)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.460)	(834)	(2.294)	(1.519)	(973)	(2.492)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb. (1)	(47.741)	(36.766)	(84.507)	(18.371)	(14.149)	(32.520)
Outros Custos	(63.520)	(22.569)	(86.089)	(54.062)	(24.110)	(78.172)
Totais	(848.519)	(392.063)	(1.240.582)	(680.084)	(332.591)	(1.012.675)

(1) Os valores referentes ao período de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil.

Notas Explicativas**25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Comerciais (1)				
Pessoal	(34.567)	(30.472)	(64.070)	(59.348)
Materiais	(1.082)	(686)	(1.996)	(1.291)
Serviços de Terceiros	(30.470)	(27.958)	(60.272)	(55.960)
Depreciações e Amortizações	(1.786)	(2.546)	(3.723)	(5.002)
Perdas na Realização de Créditos (2)	(58.494)	(25.760)	(109.655)	(43.343)
Programa Sanepar Rural	(1.003)	(777)	(1.934)	(1.253)
Outras Despesas	(853)	(514)	(1.461)	(1.321)
Totais das Despesas Comerciais	(128.255)	(88.713)	(243.111)	(167.518)
Administrativas				
Pessoal	(154.036)	(136.428)	(295.384)	(266.274)
Materiais	(14.396)	(10.364)	(26.596)	(20.945)
Serviços de Terceiros	(25.334)	(33.724)	(62.646)	(63.172)
Depreciações e Amortizações	(16.609)	(13.917)	(33.392)	(27.497)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(1)	390	(62)	2.074
Taxa de Regulação	(6.979)	(6.449)	(13.954)	(12.897)
Despesas com Viagens	(1.329)	(988)	(2.311)	(1.780)
Programas Sociais e Ambientais	(2.727)	(588)	(6.123)	(2.734)
Indenizações por Danos a Terceiros	(219)	(1.542)	(557)	(1.682)
Outras Despesas	(5.533)	(2.852)	(10.947)	(7.743)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	39.272	33.707	76.286	66.091
Despesas Capitalizadas (4)	31.275	30.606	60.381	52.201
Totais das Despesas Administrativas	(156.616)	(142.149)	(315.305)	(284.358)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas				
Perdas Eventuais (5)	(107)	38	(100)	(8)
Multas Ambientais	(56)	(103)	(65)	(111)
Baixas de Ativos	(4.352)	(1.402)	(5.481)	(1.733)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(117)	(17)	(44)	(315)
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(4.632)	(1.484)	(5.690)	(2.167)

(1) Os valores de Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental referentes ao período de 2021 foram reclassificados de Despesas Comerciais para Custo dos Serviços Prestados, conforme divulgado na Nota Explicativa 2.2 - Mudança de Prática Contábil;

(2) Crescimento do saldo de provisão para perdas na realização de créditos decorrente de contas vencidas, principalmente reflexo da inadimplência de contas a receber de clientes particulares, vencidas há mais de 180 dias;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

(5) No 2º Trimestre de 2022, considerando os relatórios elaborados pelas comissões designadas pelas Resoluções nº 091/2022 e nº 116/2022 (Operação Ductos), aprovados pelo Conselho de Administração na 12ª Reunião Extraordinária, de 27 de junho de 2022, a Companhia reverteu R\$70 do Ativo Intangível referente a obras de ampliação de redes de água e esgoto e R\$37 referente a gastos com materiais de manutenções de redes de água e esgoto e registrou o valor de R\$107 como Perdas Eventuais.

Notas Explicativas

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$35.797 (R\$40.771 no mesmo período de 2021), referente provisão a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecidas para o exercício de 2022, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas Financeiras				
Aplicações Financeiras	47.071	10.715	81.374	15.447
Variações Monetárias Ativas	19.597	8.188	35.798	13.233
Variações Cambiais Ativas	369	1.322	2.510	1.356
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros	991	-	992	491
Outras Receitas Financeiras	8.588	4.835	14.828	10.133
Totais das Receitas Financeiras	76.616	25.060	135.502	40.660
Despesas Financeiras				
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (1)	(93.495)	(62.886)	(174.216)	(117.117)
Variações Monetárias Passivas (1)	(44.265)	(19.954)	(74.725)	(35.856)
Variações Cambiais Passivas	(1.218)	-	(1.217)	(500)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros	(641)	(1.399)	(3.096)	(1.441)
Outras Despesas Financeiras	(648)	(796)	(1.228)	(1.065)
Totais das Despesas Financeiras	(140.267)	(85.035)	(254.482)	(155.979)
Resultado Financeiro	(63.651)	(59.975)	(118.980)	(115.319)

(1) Aumento da base de cálculo dos juros e das variações monetárias passivas, em função da captação de recursos de terceiros, reajuste do contrato do arrendamento do litoral e variação do IPCA, compensado pelo crescimento das receitas financeiras, devido principalmente pela alteração do valor da taxa SELIC e do incremento de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia (valores aplicados).

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

Notas Explicativas

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2022 a 30/06/2022			01/01/2021 a 30/06/2021		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.847.917	1.097.769	2.945.686	1.679.002	978.922	2.657.924
Outras Receitas Operacionais	15.852	12.169	28.021	17.711	13.422	31.133
Total da Receita Operacional Bruta	1.863.769	1.109.938	2.973.707	1.696.713	992.344	2.689.057
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(117.526)	(90.226)	(207.752)	(107.624)	(81.568)	(189.192)
Receita Operacional Líquida	1.746.243	1.019.712	2.765.955	1.589.089	910.776	2.499.865
Custo	(848.519)	(392.063)	(1.240.582)	(680.084)	(332.591)	(1.012.675)
Lucro Bruto	897.724	627.649	1.525.373	909.005	578.185	1.487.190
Despesas Comerciais	(137.534)	(105.577)	(243.111)	(95.943)	(71.575)	(167.518)
Despesas Administrativas	(178.376)	(136.929)	(315.305)	(161.769)	(122.589)	(284.358)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.219)	(2.471)	(5.690)	(1.233)	(934)	(2.167)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.598)	(1.598)	-	(1.245)	(1.245)
Resultado Financeiro	(54.144)	(64.836)	(118.980)	(52.631)	(62.688)	(115.319)
Programa de Participação nos Resultados	(20.251)	(15.546)	(35.797)	(23.194)	(17.577)	(40.771)
Provisões	(32.046)	(24.668)	(56.714)	(27.975)	(21.120)	(49.095)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(22.819)	(17.520)	(40.339)	(16.743)	(12.690)	(29.433)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	449.335	258.504	707.839	529.517	267.767	797.284
Imposto de Renda e Contribuição Social	(115.652)	(66.536)	(182.188)	(145.433)	(73.544)	(218.977)
Lucro Líquido do Período	333.683	191.968	525.651	384.084	194.223	578.307
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	25,7%	25,4%	25,6%	33,3%	29,4%	31,9%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	19,1%	18,8%	19,0%	24,2%	21,3%	23,1%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	341.313	422.386	763.699	291.772	260.567	552.339
Participação Societária - CS Bioenergia	-	1.420	1.420	-	1.046	1.046
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	2.211.778	2.617.652	4.829.430	1.773.782	2.262.359	4.036.141
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	5.102.817	6.151.440	11.254.257	4.612.957	5.562.380	10.175.337
Depreciações e Amortizações do Período	(110.796)	(100.911)	(211.707)	(99.613)	(92.385)	(191.998)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.072.821	526.143	1.598.964	823.361	426.716	1.250.077
Total do Ativo	7.099.726	8.558.711	15.658.437	6.287.249	7.581.270	13.868.519
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	3.729.764	3.794.767	7.524.531	2.982.443	3.575.773	6.558.216
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.381.769	2.407.566	-	3.312.137	2.345.221	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	267.033	204.985	-	260.371	197.311	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.794.313, com vigência abrangendo o período de 14/03/2022 a 13/03/2023, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Notas Explicativas

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	868.576
Máquinas, Equipamentos e Veículos	840.550
Estoque	85.187
Totais	1.794.313

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 30 de junho de 2022 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 320 processos judiciais no montante de R\$299.255 com a Pottential Seguradora S/A, com vencimento em 07/06/2023.

A Companhia também firmou/renovou o contrato com a Starr International Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 09/09/2022.

30. OPERAÇÃO “DUCTOS” E SEU REFLEXO NA COMPANHIA

Em 20 de janeiro de 2022, na 1ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foram apresentados os relatórios finais produzidos pela Comissão Externa de Investigação - CEI e pela Investigação forense independente conduzida pela Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown e a consultoria Ernst & Young – EY, relativos às Operações “Águas Claras” e “Ductos”, tendo o Conselho de Administração deliberado no sentido de receber os relatórios e as recomendações neles contidas. Desta forma, os trabalhos da Equipe de Investigação foram encerrados, conforme Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022.

Ainda, na 1ª/2022 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, o Conselho de Administração tomou ciência do relatório final da Força Tarefa Operação Ductos Fase II e relatórios das Resoluções nº 718/2021 e 719/2021 e determinou: (i) a instauração da terceira fase da Força Tarefa para finalizar as avaliações decorrente dos valores já provisionados e eventuais responsabilizações, sendo a governança desses trabalhos atribuída à Diretoria Adjunta de Governança Risco e Compliance-DAGRC e Auditoria Interna; (ii) a instauração de Comissão Multidisciplinar Específica que deverá dar continuidade à análise e aprimoramento dos procedimentos de gestão de materiais; (iii) o encaminhamento, pela Auditoria Interna, das Recomendações da Força Tarefa Fase II, Resoluções 718/2021 e 719/2021 à Diretoria Executiva e Relatórios com a Matriz de Responsabilidade ao Comitê de Conduta para análise e providências; (iv) o encaminhamento externo dos Trabalhos da Força Tarefa – Fase II, que deverá ocorrer após a conclusão do item iii e mediante análise jurídica.

A Administração da Companhia instituiu as Comissões conforme mencionado nos itens “i” e “ii”, tendo ainda, a Auditoria Interna encaminhado as recomendações conforme o item iii acima.

Em 27 de junho de 2022, na 12ª/2022 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou os relatórios elaborados pelas Comissões designadas pelas Resoluções nº 091/2022 e nº 116/2022 para atendimento aos itens i e ii, e em 30 de junho de 2022 a Companhia registrou: (i) R\$107 (R\$89 líquido de impostos) a débito no resultado, na rubrica “Perdas” em contrapartida na rubrica “Ativo Intangível – Ampliação de Redes de Água e Esgoto” R\$70 e, no resultado na rubrica “Gastos com Manutenção de Redes” R\$37; e (ii) reversão de R\$2.015 de “Provisão para Contingências – Resultado” e “Provisões – Passivo Não Circulante”, registrada no 4º trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

31. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em 29 de março de 2022, a partir de dados da cobertura vacinal contra a Covid-19 e do decréscimo do número de contaminação, internação e óbitos pelo Coronavírus no Paraná, o Governo do Estado publicou o decreto 10.596/2022 que libera a circulação de pessoas sem máscaras em locais internos, mantendo a recomendação do uso em alguns espaços, como transporte público e pontos de atendimento à saúde.

Com a publicação do decreto estadual, a Sanepar estabeleceu novas diretrizes preventivas estabelecidas a seguir:

- O uso de máscaras deixa de ser obrigatório nas dependências da Sanepar, exceto em locais de atendimento médico ocupacional e municípios com medidas mais restritivas, no entanto recomenda-se o uso da máscara em ambientes internos da Companhia, sendo o uso a critério do empregado.
- Estão vigentes três modalidades de trabalho na companhia: trabalho presencial, teletrabalho, para categorias com aprovação em ACT, e trabalho remoto, obrigatório exclusivamente para empregados em isolamento, durante período determinado por profissional da saúde.
- O atendimento presencial, disponibilizado aos clientes de maneira integral, deve ocorrer conforme horários definidos em normativo interno. Nas localidades em que houver restrições de horários ou capacidade, as Centrais de Relacionamento devem atender ao decreto ou legislação municipal vigente. Devem ser atendidos todos os critérios de distanciamento social e protocolo de higiene e proteção contidos no Plano de Contingência para o Enfrentamento do Coronavírus.

IMPACTOS - Está em vigor a prorrogação do adiamento da cobrança das contas de água e esgoto, para clientes cadastrados na categoria “Água Solidária”. A medida é válida pelo período de 90 dias, a partir de 13 de junho de 2022, e foi publicada em Fato Relevante de 07 de junho de 2022, em continuidade às ações implementadas em 2020 e 2021 e seguindo a lei estadual nº 20.187/2020, que permanece em vigor e restringe o corte do fornecimento de serviços, para determinadas categorias de consumidores, durante situações de emergência, como a pandemia da Covid-19.

No 2º trimestre de 2022, o faturamento médio mensal da categoria “Água Solidária” foi de R\$ 4,4 milhões, e foram atendidas em média 240 mil economias de água e 167 mil de esgoto.

Desde o início do período de pandemia, a partir de 19 de março de 2020, a Companhia vem analisando a arrecadação e a inadimplência e, considerando a melhor estimativa, constituiu provisão para perdas esperadas de R\$ 26,5 milhões de contas a receber.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao ano anterior

As informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações intermediárias correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado do período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das informações intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidas sob a nossa responsabilidade, os quais continham ênfase sobre "Investigação interna independente, referente às Operações "Rádio Patrulha", "Integração", "Águas Claras" e "Ductos", que foram concluídas ao final do exercício de 2021, e emitimos relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de agosto de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo

com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 04 de agosto de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T - S - PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 30 de junho de 2022.

Curitiba, 25 de julho de 2022.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 30 de junho de 2022.

Curitiba, 04 de agosto de 2022.

CLAUDIO STABILE
Diretor-Presidente

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI
Diretor Comercial

ANDREI DE OLIVEIRA RECH
Diretor Jurídico

PRISCILA MARCHINI BRUNETTA
Diretora Administrativa

JULIO CESAR GONCHOROSKY
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social